



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 28

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, nos dias 25 e 27 de março, e 10, 15, 17, 22, 24, 29 de abril e 8 de maio do ano em curso, às 21 horas no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo enumerados:

Dia 25 de março:

1 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.181, de 1956, na Câmara dos Deputados e n.º 92, de 1957, no Senado) que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro do Pessoal e dá outras providências.

Dia 27 de março:

2 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 3.930, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 82, de 1957, no Senado) que regula a contagem de tempo do serviço para os paraquedistas militares.

Dia 8 de abril:

3 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 117, de 1955, na Câmara dos Deputados, e n.º 124, de 1957, no Senado) que cria uma taxa especial de propaganda do café no exterior.

Dia 10 de abril:

4 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.239, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 201, de 1957, no Senado) que assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção *post mortem*.

Dia 15 de abril:

5 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 15, de 1956, no Senado Federal e n.º 2.752, de 1957, na Câmara) que estabelece em novos moldes, a aposentadoria por invalidez dos trabalhadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e dá outras providências.

Dia 17 de abril:

6 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.181, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 151, de 1957, no Senado) que estende aos ferroviários e mari-

timos das empresas incorporadas ao patrimônio da União os benefícios da licença-prêmio.

Dia 22 de abril:

7 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.820, de 1957, na Câmara dos Deputados e n.º 142, de 1957, no Senado) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1958.

Dia 24 de abril:

8 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.546, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 50, de 1957, no Senado) que cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

Dia 29 de abril:

9 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.158, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 233, de 1957, no Senado) que dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Dia 8 de maio:

10 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 382, de 1955, na Câmara dos Deputados, e n.º 293, de 1956, no Senado) que dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiro.

Senado Federal, em 17 de março de 1958

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Adiamento de sessões conjuntas

O Presidente do Senado Federal, tendo em vista a circunstância de, segundo informações recebidas, se achar ausente da Capital da República ponderável número de Congressistas e atendendo a apelos que lhe foram dirigidos, inclusive da tribuna da Câmara dos Deputados resolve transferir para datas a serem oportunamente marcadas as sessões conjuntas do Congresso Nacional que haviam sido convocadas para os dias 25 e 27 do mês em curso, destinadas à apreciação de vetos presidenciais.

Senado Federal, em 21 de Março de 1958

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Domingos Vellaco.

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente — Senador Prisco dos

Líderes e Vice-Líderes Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes:

Gaspar Veloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Marinho.

Da Minoria

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Raimundo

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líder: Lameira Bittencourt.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.

Vice-Líderes:

Mourão Vieira.

Saulo Ramos.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Raimundo

DO PARTIDO REPUBLICANO
Líder: Atilio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Kerginaldo Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Matos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novais Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.
Cunha Mello.

Victorino Freire.
Domingos Vellaco.
Mathias Olympio.
Prisco dos Santos.
Secretário, Luiz Nabuco (Diretor
Geral da Secretaria).

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.
Daniel Krieger — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Benedito Valadares.
Gaspar Velloso.
Rui Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Lima Guimarães.
Rui Palmeira.
Atílio Vivacqua.
Lineu Prestes.
Secretário: Odenegus Gonçalves
Leite.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10,30
horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presi-
dente.
Alô Guimarães.
Leônidas Melo.
Lima Teixeira.
Alencastro Guimarães.
Argemiro de Figueiredo.
Juracy Magalhães.
Lineu Prestes.
Secretário: Ily Rodrigues Alves.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.
Publio de Mello — Vice-Presidente.
Nelson Firmo.
Saulo Ramos.
Ezequias da Rocha.
Reginaldo Fernandes.
Mem de Sá.
Secretária: Diva Gallotti.
Reuniões: Sextas-feiras, às 15,30
horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Lameira Bittencourt.
Ary Vianna.
Onofre Gomes.
Paulo Fernandes.
Carlos Lindenberg.
Mathias Olympio.
Lima Guimarães.
Fausto Cabral.
Daniel Krieger.
Juracy Magalhães.
Júlio Leite.
Othon Mäder.
Lino de Mattos.
Novaes Filho.
Auro Moura Andrade.
Suplentes
Gaspar Velloso.
Otacilio Jurema.
Mourão Vieira.
Atílio Vivacqua.
Lineu Prestes.
Mem de Sá.
Secretário: Renato de Almeida Chér-
mont.
Reuniões: Sextas-feiras, às 10 e 30
horas.

Comissão de Redação

Ezequias da Rocha — Presidente.
Sebastião Archer — Vice-Presidente.
Publio de Mello.
Saulo Ramos.
Rui Palmeira.
Secretária: Cecília de Rezende Mar-
tins.
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Finanças

Ezequias da Rocha — Presidente.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 29,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Publio de Mello.
Saulo Ramos.
Rui Palmeira.
Secretária: Cecília de Rezende
Martins.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas — Presidente.
Bernardes Filho — Vice-Presidente.
Georgino Avelino.
Gilberto Marinho.
Benedito Valadares.
Lourival Fontes.
Gomes de Oliveira.
Rui Palmeira.
Moura Andrade.
Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16
horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Alô Guimarães — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Vivaldo Lima.
Ezequias da Rocha.
Secretária: Diva Gallotti.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15
horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.
Rui Carneiro — Vice-Presidente.
Lameira Bittencourt.
Waldemar Santos.
Primio Beck.
Arlindo Rodrigues.
Otacilio Jurema.
Silvio Curvo.
Lino de Matos.
Secretário: Pedro de Carvalho
Müller.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16
horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
Caiaado de Castro — Vice-Presi-
dente.
Pedro Ludovico.
Sá Tinoco.
Alencastro Guimarães.
Silvio Curvo.
Jorge Maynard.
Secretária: Romilda Duarte.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15
horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presi-
dente.
Ary Vianna.
Nelson Firmo.
Caiaado de Castro.
Neves da Rocha.
Mem de Sá.
Secretária: Ily Rodrigues Alves.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16
horas.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Jorge Maynard — Presidente.
Neves da Rocha — Vice-Presidente.
Waldemar Santos.
Coimbra Bueno.
Novaes Filho.
Secretária: Maria Cherubina Costa.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15
horas.

Comissões Especiais De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presi-

Atílio Vivacqua — Relator.
Filinto Müller.
Secretário: José da Silva Lisboa.
Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
Mem de Sá — Vice-Presidente.
Gaspar Velloso — Relator do Pro-
jeto do Código Eleitoral.
Gomes de Oliveira — Relator do
Projeto do Código Partidário.
Lameira Bittencourt.
Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presi-
dente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasqualini. (1)
Lino de Mattos.
1). Substituído temporariamente
pelo Sr. Primio Beck.
Reuniões — Quintas-feiras.
Secretário — Sebastião Veiga.

Consolidação das Leis do Trabalho.

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Othon Mäder.
Kerginaldo Cavalcanti.
Júlio Leite.
Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Faro Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Licurgo Leite.
Silvio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presi-
dente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Gaspar Velloso.
Saulo Ramos.
Lourival Fontes.
Caiaado de Castro.
Argemiro de Figueiredo.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
Mem de Sá.
João Villasboas.
Daniel Krieger.
Sá Tinoco.
Lino de Matos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presi-
dente.
Gustavo Capanema — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Cerdeira.
Filinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Coimbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.
Secretários Lazary Guedes e José

Comissão Diretora

23.ª REUNIAO REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1957

Reproduz-se por ter sido publicada com omissão.

Sob a presidência do Sr. Apolônio Salles, Presidente, presentes os Senhores Lima Teixeira, 1.º Secretário, Freitas Cavalcanti, 2.º Secretário, Mourão Vieira, 1.º Suplente, e Prisco dos Santos, 2.º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixaram de comparecer os Srs. Vitorino Freire, 3.º Secretário, em missão no estrangeiro, e Kerginaldo Cavalcanti, 4.º Secretário, por motivo justificado.

A ata da reunião anterior é lida e sem observações, aprovada.

Declara o Sr. 2.º Suplente que, em atenção ao pedido de seus colegas, procedera ao reexame dos títulos e trabalhos apresentados por Paulo Gomes Braga e Mário Roxo Sobrinho no concurso para o provimento de cargo de Assessor Legislativo — Setor Transporte, Viagem e Obras Públicas — e era de opinião que a Banca Examinadora fôra justa na sua apreciação e, em consequência, nas notas arbitradas.

A Comissão aprova o parecer, nega provimento aos recursos dos candidatos acima referidos, homologa o concurso e determina a remessa ao plenário do projeto nomeando Cleone de Paula Velasco, o primeiro colocado.

Em relação ao concurso para Assessor Legislativo — Setor Legislação Social, o Sr. 2.º Suplente dá conhecimento da resposta de Flávio Maranhão à exigência formulada anteriormente pela Comissão Diretora, no sentido de apresentar algum documento que comprove o exercício de função pertinente à especialidade a que concorera. Diz o relator que o candidato alega haver exercido as funções de Assistente Jurídico, referência 23, do Ministério da Aeronáutica, de Oficial de Gabinete do Ministro do Trabalho, de Técnico de Publicidade do IAPC e de Assistente Técnico do Presidente do SENAC, mas em face desta enumeração logo se verifica que só se poderia admitir como exercício de função pertinente à especialidade, a de Oficial de Gabinete do Ministro do Trabalho e a de Assistente Técnico do Presidente do SENAC, sendo de salientar que o exercício desta última função não fôra devidamente comprovado. E, diante do exposto, opina Sua Excelência que os novos elementos aduzidos na exposição feita pelo candidato não eram de molde a modificar a deliberação adotada pela Comissão.

O parecer é aprovado e homologado o concurso, nos termos da classificação decorrente dos recursos anteriores, determinando a Comissão seja encaminhado ao plenário o projeto de nomeação do primeiro colocado, Francisco das Chagas Mello.

O Sr. Presidente submete aos presentes solicitação da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de ser concedida uma gratificação a Narciso Vieira, representante da Agência Nacional junto ao Senado. A Comissão nega aprovação ao pedido por entender que, não sendo possível medida de caráter geral, não se justifica exceção daquela natureza.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Luiz Nabuco, Diretor Geral e Secretário da Comissão a presente ata.

RELATÓRIO

Ao apresentar a resenha das atividades da Comissão Diretora no curso da última sessão legislativa ordinária, é-me grato salientar que se desenvolveram com pleno êxito, secundadas de realizações proveitosas ao desempenho dos encargos e serviços legislativos e administrativos desta Casa do Congresso. E tenho por jus-

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA PARA A REUNIAO DE HOJE, 4.ª FEIRA, DIA 26 AS 10.30 HS.

Pareceres do Senador Atilio Vivacqua sobre os seguintes projetos:

1 — Projeto de Lei do Senado, n.º 19, de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo.

2 — Projeto de Lei do Senado, n.º 21-52 — que estabelece indenização para casos de aprisionamento injusto.

3 — Projeto de Lei do Senado n.º 77-54 — Retifica disposições do Código Civil.

Do Senador Argemiro de Figueiredo:

Projeto de Lei da Câmara, n.º 64, de 1957 — Estabelece normas para colonização de terras no Polígono das Sécas.

Do Senador Gaspar Veloso:

1 — Projeto de Resolução n.º 41, de 1956 — Altera o Regimento Interno.

Do Senador Lourival Fontes:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1958 — Aprova convênio Cultural entre o Brasil e o Uruguai.

Do Senador Gilberto Marinho:

Projeto de Resolução n.º 1, de 1958 — Revigora o disposto na Resolução n.º 10-1951, para os funcionários da Secretaria do Senado admitidos posteriormente à Resolução n.º 4-1951.

to realçar também de início que para esse resultado muito contribuiu o espírito de cooperação tanto dos seus antigos membros reconduzidos, o 2.º Secretário Sr. Freitas Cavalcanti, o 4.º Secretário Sr. Kerginaldo Cavalcanti e o 2.º Suplente Sr. Prisco dos Santos, como dos novos, o 1.º Secretário Sr. Lima Teixeira, o 3.º Secretário Sr. Vitorino Freire e o 1.º Suplente Sr. Mourão Vieira.

As atas das 28 reuniões efetuadas e que eu tive a honra de presidir, três das quais extraordinárias, testemunham a intensidade do trabalho da Comissão e os esclarecidos esforços dos seus membros para o melhor desempenho dos encargos que lhes couberam. Ter-se-á uma ideia do vulto e da complexidade das tarefas cumpridas atentando em que, durante o período da sessão, emitii 145 pareceres, encaminhou ao Plenário 30 projetos de resolução, estudou e homologou diversos concursos para o provimento de cargos técnicos, examinou um balancete relativo ao ano de 1956 e três trimestrais de 1957, apresentados pelo Diretor Geral da Secretaria, e respondeu a numerosas consultas formuladas pelas Diretorias do Pessoal e da Contabilidade em questões de ordem administrativa.

OBRAS NO PALÁCIO MONROE

Foram realizadas no Monroe diversas obras, algumas de vulto, e todas com objetivo de oferecer à sede da Câmara Alta da República o ambiente compatível com a dignidade funcional dos seus ilustres membros e, ao mesmo tempo, propiciar ao melhor rendimento das atividades legislativas e administrativas da Casa. Ficou ultimada a construção do novo andar, iniciada no ano anterior. Nesse pavimento, obtido com o aproveitamento da área de 738 m² do antigo terraço, já se acham instalados e em pleno funcionamento as seguintes dependências:

Gabinete da Presidência;
Gabinete do Líder da Maioria;
Diretoria da Taquígrafia;
Serviço Médico;
Almoxarifado;

Sala de estar dos Senhores Senadores;

Cozinha para o serviço de pequenos lanches dos Srs. Senadores.

Outras obras concluídas:

Instalação de ar condicionado em dois andares, pela firma Westinghouse;

Construção de uma caixa d'água, com capacidade de 60 mil litros, para o funcionamento da refrigeração;

Instalação de elevador privativo para a Taquígrafia, com abertura de passagem daí para o Recinto;

Pintura do Recinto e alfombra em toda a área;

Instalação de uma mesa para irradiação de som;

Instalação no plenário de moderno sistema de votação automática;

Nova instalação do serviço de eletricidade, imprimindo maior segurança ao Edifício, com a divisão dos quadros de força e luz (obras contratadas com a firma Servix Ltda. e a Companhia Light);

Pintura a óleo externa e total do Edifício pela firma Joaquim Neves dos Santos;

Construção de vestiário para o pessoal da Portaria;

Colocação de portas de val-e-ven no Recinto para impedir a entrada de pessoas estranhas;

Aproveitamento de pequena área existente ao lado da Sala dos Secretários, a fim de dar mais conforto aos Srs. Senadores.

Todas essas obras foram executadas mediante concorrência administrativa homologada pela Comissão Diretora.

AQUISIÇÕES

Foram adquiridos novos móveis para melhor instalação dos Secretários da Mesa e da Sala das Comissões, inclusive 10 novas secretárias para os Assessores Legislativos.

Para os vários serviços da Casa foram compradas 10 máquinas de escrever.

Houve, também, a aquisição, dos seguintes carros, importados da América do Norte: 10 automóveis Chevrolet Bel-Air, 2 Buick Super Luxo e 1 camionete Station Wagon de 9 lugares, tudo no total de Cr\$ 1.760.000,00.

Convém assinalar que a despesa dessa compra foi coberta, com saldo apreciável, pela venda de nove carros antigos (7 Chevrolet 1954, 1 Cadillac 1949 e 1 Nash 1949). — venda que, realizada em leilão público, presente o Sr. 4.º Secretário, produziu a importância de Cr\$ 3.495.000,00. Deduzidas as despesas com pagamento à Recebedoria do Distrito Federal e a publicação de editais, foi recolhida aos cofres da Secretaria a soma de Cr\$ 3.484.000,00, o que quer dizer que a aquisição produziu o saldo de Cr\$ 1.703.000,00.

PESSOAL

Homologados os concursos para preenchimento de 3 vagas de Taquígrafo e para 5 lugares de Assessor Legislativo (setores de Administração Geral, Educação, Economia, Legislação Social e Transportes, Comunicações e Obras Públicas), a Comissão Diretora propôs em projetos de resolução, que foram aprovados pelo Plenário, as nomeações rigorosamente de acordo com as respectivas classificações.

Para os serviços da Secretaria foram contratados 1 técnico de som, 11 motoristas auxiliares e 14 auxiliares de limpeza.

Em cumprimento da Resolução n.º 21, de 1956, foi instalado o Serviço de Cooperação para atender aos Srs. Senadores.

A Diretoria do Pessoal, que funcionava juntamente com a de Contabilidade, transferiu-se para a antiga sala da Taquígrafia, que passou a ter instalação adequada no pavimento construído.

1.ª REUNIAO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1958

Sob a presidência do Sr. Apolônio Salles, Presidente, presentes os Senhores Cunha Mello, 1.º Secretário, Vitorino Freire, 3.º Secretário, Domingos Velasco, 4.º Secretário, e Prisco dos Santos, 2.º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

E' lida e sem observações aprovada a ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente congratula-se com os seus pares e dá as boas vindas aos Membros recém-eleitos. A seguir propõe que as reuniões ordinárias se realizem às terças-feiras, às 10 horas, o que fica assente por unanimidade.

O Sr. 1.º Secretário, após lembrar que o Senado aumentara as gratificações dos funcionários lotados nos diversos Gabinetes, propõe e é aprovada a majoração de Cr\$ 3.400,00 para Cr\$ 5.000,00, da que é concedida ao Diretor Geral e ao Secretário Geral da Presidência, a título de representação.

O Sr. 2.º Suplente pede esclarecimentos sobre a Resolução que regula o assunto, alegando que por ocasião de sua votação se achava ausente desta Capital.

Depois de ler o texto da mesma Resolução, que tem o n.º 3, de 1958, o Sr. 3.º Secretário declara que, a seu ver, os Suplentes também têm direito a auxiliares e a oficial de Gabinete.

O Sr. 4.º Secretário concorda com essa interpretação, uma vez que o art. 1.º dispõe sobre a lotação dos Gabinetes dos Membros da Mesa e dos Líderes. Tendo, hoje, os Suplentes direito a voto e participando de todos os encargos dos demais Membros, não há como negar-lhes aquele direito.

Fica estabelecido que os Suplentes poderão organizar seus Gabinetes nos moldes dos dos Secretários.

Em face de reiteradas reclamações dos Diretores de Serviço, a Comissão, acolhendo sugestão do Sr. 1.º Secretário, resolve revalidar, por dois anos, a vigência do último concurso realizado para o preenchimento de vagas na carreira de Auxiliar Legislativo e restabelecer 10 dos cargos extintos na mesma carreira.

Lembra ainda o Sr. 1.º Secretário a necessidade da aquisição de novas máquinas datilográficas, concordando a Comissão que seja feita, desde logo, a necessária coleta de preços para a compra de seis.

A uma indagação do Sr. Presidente, resolve a Comissão manter deliberação tomada anteriormente, no sentido de ser concedido um auxílio de Cr\$ 50.000,00 ao Senador que viajar em missão que não seja Interparlamentar. Fizersa S. Exa. a consulta tendo em vista a ida de Senadores a Genebra, a fim de participarem da Conferência da GATT.

Por último, o Sr. Presidente dá conhecimento ao convite formulado pela Dieta do Japão para que se faça o Senado representar nos festejos a se realizarem em Tóquio pela passagem do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil.

A Comissão delibera que integrem essa Representação 4 Senadores, de acordo com a praxe já adotada e mais um jornalista, atendendo a compromisso anterior do Sr. Presidente com o Líder da Maioria. E, a propósito, estabelece que as delegações extraordinárias, futuramente, não mais serão acompanhadas de representantes da Imprensa.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Luiz Nabuco, Diretor Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

Comissão de Constituição e Justiça

ATA DA 2.^a REUNIAO (EXTRAORDINARIA) REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 1958, AS 10 HORAS

Sob a presidência respectivamente dos Senadores Lourival Fontes, Presidente e Lima Guimarães, presentes os Senadores Rui Palmeira, Atilio Vivacqua, Gilberto Marinho, Argemiro de Figueiredo e Gaspar Veloso, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senadores Benedito Valadares, Rui Carneiro, Daniel Krieger e Lineu Prestes.

E' lida e aprovada sem alterações a ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente faz a seguinte distribuição:

Ao Senador Argemiro de Figueiredo:

1 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 2, de 1958 — que considera estabelecidos os servidores extranumerários e interinos que tomaram parte ativa no último conflito mundial, e dá outras providências.

2 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 66, de 1954 — acrescenta parágrafo único ao art. 4.º do Decreto-lei n.º 5.452 de 1 de maio de 1943.

3 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 12, de 1958 — que eleva à 1.ª categoria o Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região; cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.

4 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 23, de 1958 — modifica o art. 1.º e revoga o art. 2.º da Lei n.º 593, de 24 de outubro de 1948, que restaura a aposentadoria para os ferroviários, aos 35 anos de serviço e dá outras providências.

5 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 358, de 1956 — converte em monumento histórico e nacional os sítios e logradouros da antiga cidade de São Luiz, no Estado do Maranhão, que conservam os caracteres paisagísticos e arquitetônicos primitivos ou tradicionais.

Ao Senador Atilio Vivacqua:

1 — Projeto de Lei do Senado, n.º 1, de 1958 — dispõe sobre moratória e outras medidas de assistência às vítimas de inundações verificadas em diversos municípios fluminenses.

2 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 251, de 1957 — modifica o parágrafo único do art. 509 do Código de Processo Civil.

3 — Projeto de Lei do Senado, n.º 14, de 1955 — dispõe sobre o regime de juros das Contas do Tesouro Nacional, da Superintendência da Moeda e do Crédito e da Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil; limita a 1% ao ano a taxa de juros dos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil para financiamento à lavoura e à pecuária.

4 — Projeto de Lei do Senado, n.º 44, de 1957 — acrescenta parágrafo ao art. 159 do Código Penal Brasileiro.

Avoca o Projeto de Decreto Legislativo, n.º 1, de 1958 — aprova convênio cultural entre o Brasil e Uruguai.

Ao Senador Benedito Valadares:

1 — Projeto de Lei do Senado, n.º 42, de 1956 — torna obrigatória a instituição em bem de família dos imóveis adquiridos com financiamento da Caixa Econômica Federal, dos Institutos de Previdência e Assistência Social, e da Fundação da Casa Popular destinadas a servir de moradia ao adquirente e à sua família.

2 — Projeto de Lei do Senado, n.º 17, de 1957 — dispõe sobre a substituição de Títulos Eleitorais e dispensa, nos casos que enumera, a constituição de novo processo de alistamento.

Ao Senador Gaspar Veloso:

1 — Projeto de Lei do Senado, n.º 4, de 1958 — dá interpretação ao art. 7.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, estendendo os benefícios da citada lei aos lavradores de café não financiados pelo Banco do Brasil, atingidos pelas geadas de 1953 e 1955.

2 — Projeto de Lei do Senado, n.º 86, de 1954 — dá nova redação aos arts. 3.º e 4.º do Decreto-lei número 3.347, de 12 de junho de 1941 e estabelece outras providências relativas às Pensões e aos Seguros do IPASE.

3 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 206, de 1956 — dispõe sobre a concessão de adiantamento e registros posteriores de despesas referentes à aplicação de créditos orçamentários e suplementares e dá outras providências.

4 — Projeto de Decreto Legislativo, n.º 46, de 1955 — aprova o Termo Aditivo ao contrato celebrado entre o Estado Maior do Exército e Roberto dos Santos Ribeiro.

5 — Indicação n.º 1, de 1958 — indica ao Exmo. Sr. Presidente da República a conveniência de determinar as necessárias providências, a fim de possibilitar a vinda, ao Brasil, de um grupo de técnicos capacitados para a introdução do Cerebro Eletrônico nos Trabalhos Censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

6 — Projeto de Lei do Senado, n.º 42, de 1957 — altera a Lei Federal n.º 1.079, de 10 de abril de 1950, na parte referente aos crimes de responsabilidade, seu processo e julgamento, relativamente aos Governadores e Secretários de Estado.

7 — Projeto de Lei do Senado, n.º 21, de 1956 — fixa o valor ouro do cruzeiro e dá outras providências.

8 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 25, de 1956 — proíbe durante 3 anos, a importação de barcos de passeio e dá outras providências.

Ao Senador Gilberto Marinho:

1 — Projeto de Lei do Senado, n.º 3, de 1958 — autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), como auxílio à "Real Sociedade Clube Ginástico Português", para reconstrução do seu teatro.

2 — Projeto de Lei do Senado, n.º 37, de 1957 — reverte ao serviço ativo do Exército, Oficiais de Intendência que passaram à reserva de 1.ª classe, em vista de não ter sido cumprida disposições da Lei n.º 9.120, de 2 de abril de 1946.

3 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 241, de 1957 — assegura por três exercícios, a validade da Lei n.º 2.423, de 11 de fevereiro de 1955.

4 — Projeto de Resolução, n.º 2, de 1958 — autoriza o uso do processo elétrico de votação e dá outras providências.

5 — Projeto de Resolução, n.º 1, de 1958 — revigora o disposto na Resolução n.º 10, de 1951, para os funcionários da Secretaria do Senado admitidos posteriormente à Resolução n.º 4 de 1951.

Ao Senador Lima Guimarães:

1 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 22, de 1958 — autoriza e prevê recursos para a construção de uma ponte sobre o Rio Jequitinhonha, na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais.

2 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 24, de 1958 — Regula o direito de greve na forma do art. 158, da Constituição Federal.

3 — Projeto de Lei do Senado, n.º 40, de 1956 — Proíbe o Poder Executivo de emitir sem autorização do Poder Legislativo, e dá outras providências.

4 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 241, de 1956 — cria agências postais nas Vilas de Poções (Montalvânia), Município de Manga, e Caçaritaba, Município de Turmalina, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

4 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 241, de 1956 — cria agências postais nas Vilas de Poções (Montalvânia), Município de Manga, e Caçaritaba, Município de Turmalina, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

5 — Projeto de Lei do Senado, n.º 2, de 1958 — autoriza o pagamento parcelado das contribuições devidas e não recolhidas pelos empregados às Instituições de Previdência Social até 31 de dezembro de 1957.

Ao Senador Lineu Prestes:

1 — Projeto de Lei do Senado, n.º 43, de 1957 — dispõe sobre as comemorações do 50.º aniversário da imigração japonesa no país, e dá outras providências.

2 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 14, de 1958 — autoriza a Estrada de Ferro Central do Brasil a efetuar operações de crédito até o valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) destinado a aquisição de material e a execução das obras de eletrificação e sinalização das linhas suburbanas de São Paulo.

3 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 170, de 1957 — cria a cadeira de Radiologia Clínica nas Faculdades de Medicina Federais.

4 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 15, de 1958 — concede o auxílio especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) ao Governo do Estado de Pernambuco, para construção do Hospital de Pronto Socorro, em Recife.

5 — Projeto de Decreto Legislativo, n.º 15, de 1957 — mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo aditivo do contrato celebrado entre a Diretoria de Hidrografia e Navegação e Hans Bruno Herbert Kaulé.

6 — Projeto de Decreto Legislativo, n.º 20, de 1957 — considera registrada, para todos os efeitos, a concessão de melhoria de proventos de inatividade a Mario Mendonça, compositor, classe F aposentado do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

7 — Requerimento n.º 729, de 1957 — solicitando inserção nos Anais do Senado, de um voto de louvor à Diretoria da Companhia Aços Especiais Itabira, pelo início da produção de chapas de aço silicosas.

Ao Senador Rui Carneiro:

1 — Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1957 — regula a locação de prédios urbanos.

2 — Projeto de Lei do Senado, n.º 25, de 1957 — entrega aos contribuintes, excluídos a União e os Empregadores, a direção dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões;

dispõe sobre o processo de provimento e institui a Convenção Nacional para a Previdência Social.

3 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 147, de 1957 — permite a alienação dos imóveis doados pela Lei n.º 1.569, de 8 de março de 1952, a entidades assistenciais do Município de Lavras, no Estado de Minas Gerais.

4 — Projeto de Lei do Senado, n.º 9, de 1957 — autoriza o Poder Executivo a doar à Diocese de Parnaíba, ao Estado do Piauí, o prédio e terreno situado na Pedra do Sol no mesmo Município que, inicialmente, foi ocupado pelo Ministério da Marinha.

5 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 7, de 1958 — modifica o item I do artigo 3.º da Lei n.º 2.656, de 25 de novembro de 1955, que dispõe sobre subvenção às Associações Rurais Municipais.

6 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 288, de 1958 — concede isenção de tributos para material de propaganda do 36.º Congresso Eucarístico Internacional.

7 — Projeto de Resolução, n.º 4, de 1958 — dispõe sobre as comemorações do Dia da Bandeira.

8 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 127, de 1957 — dispõe sobre a entrega das cotas rodoviárias, destinadas aos Municípios dos Estados, na parte referente à tributação de lubrificantes e combustíveis líquidos, de acordo com a Lei n.º 302, de 13 de julho de 1948.

Ao Senador Rui Palmeira:

1 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 144, de 1957 — autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas com desapropriações subordinadas ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

2 — Projeto de Lei do Senado, n.º 17, de 1955 — cria Coletorias Federais no Estado do Rio Grande do Sul.

3 — Projeto de Lei da Câmara, n.º 1, de 1958 — cria Curso de Treinadores Desportivos e estabelece as condições de seu funcionamento.

O Senador Lourival Fontes, deixa a presidência, que é ocupada pelo Senador Lima Guimarães.

Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente em exercício, anuncia que a Comissão foi convocada para reunir-se extraordinariamente, a fim de pronunciarse sobre o parecer do Senador Lourival Fontes sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 10, de 1958, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Previdência Social e dá outras providências.

Com a palavra o Relator, passa à leitura de seu parecer, que conclui pela aprovação do Projeto com algumas emendas de redação.

Por sugestão do Senador Atilio Vivacqua, face à importância da matéria, resolve a Comissão fazer publicar o parecer que acaba de ser lido, possibilitando aos Senadores melhor estudo da proposição em tela.

Nada mais havendo que tratar, levanta-se a reunião, e para constar, eu, Odenegus Gonçalves Leite, secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Finanças

1.^a REUNIAO, EM 21 DE MARÇO DE 1958

As 15 horas, presentes os Srs. Mathias Olympio, Lino de Mattos, Alvaro Adolfo, Júlio Leite, Lima Guimarães, Fausto Cabral, Vivaldo Lima, Lameira Bittencourt, Jurval Magalhães, Ary Vianna e Othon Mader, reúne-se a Comissão de Finanças, para o fim especial de eleger o Presidente e Vice-Presidente para a Sessão Le-

gislative de 1958. Deixam de compor os Senhores Carlos Lindenberg, Paulo Fernandes, Daniel Krieger, Novaes Filho e Moura Andrade.

De acordo com o § 2.º do art. 40, assume a Presidência o Sr. Mathias Olympio, que designa o Sr. Fausto Cabral para exercer as funções de escrivão.

Realizada a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

	Votos
Alvaro Adolfo	10
Lameira Bittencourt	1
Para Vice-Presidente:	
Vivaldo Lima	9
Mathias Olympio	2

Finda a apuração o Sr. Presidente declara eleitos os Srs. Alvaro Adolfo e Vivaldo Lima, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Finanças, passando em seguida a presidência ao Sr. Alvaro Adolfo. Usa da palavra o Sr. Lino de Mattos que diz da satisfação que se encontra, pela feliz indicação por parte de seus pares, dos Srs. Alvaro Adolfo e Vivaldo Lima, para assumirem, mais uma vez, a direção daquele importante órgão técnico, exaltando o desempenho dos dois eleitos nas mesmas funções que exerceram durante a Sessão Legislativa de 1957, desejando a ambos, em seu nome e no de seus pares, votos de uma feliz gestão.

O Sr. Alvaro Adolfo agradece sensibilizado a mostra de confiança que acabara de receber por parte de seus pares, reconduzindo-o a presidência da Comissão de Finanças.

Também, o Sr. Vivaldo Lima, usa da palavra para agradecer a sua indicação para Vice-Presidente na Comissão de Finanças, cargo esse, fato que constitui para si uma grande honra.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Ohermont, Secretário, a presente Ata que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 7.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 25 DE MARÇO DE 1958.

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES APOLONIO SALLES E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Cunha Mello — Alvaro Adolfo — Lameira Bittencourt — Sebastião Archer — Victorino Freire — Públio de Mello — Waldemar Santos — Mathias Olympio — Leonidas Mello — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Ruy Carneiro — Octacílio Jurema — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Salles — Novaes Filho — Nelson Firmo — Ezequias da Rocha — Júlio Leite — Jorge Maynard — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Ary Vianna — Sá Timoco — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Caetano de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valladares — Lima Guimarães — Lineu Prestes — Lino de Mattos — Moura Andrade — Domingos Vellasco — Coimbra Bueno — Pedro Ludovico — Sylvio Curvo — João Villasboas — Flinto Müller — Othton Mader — Gaspar Velloso — Nereu Ramos — Mem de Sá — (50).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores.

Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Senhor Primeiro Suplente, servindo de Segundo Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão é, sem debate, aprovada.

O Senhor Primeiro Secretário lê o seguinte

Expediente

Projeto de Resolução N. 5, de 1958

Revalida, por dois anos, o prazo de vigência do concurso de Auxiliar Legislativo.

Artigo único. Fica revalidado, por dois anos, o prazo de vigência do concurso realizado para o provimento de cargos na carreira de Auxiliar Legislativo, desta Secretaria.

Justificação

Considerando que o concurso realizado, nesta Secretaria, para os cargos acima referidos, possibilitou ao Senado a aquisição de um número apreciável de bons funcionários, e considerando, ainda, que a realização de um novo concurso, em virtude das despesas que acarreta só se justificaria se realmente grande fosse o número de vagas a preencher:

Propõe a Comissão Diretora a revalidação do prazo de vigência do aludido concurso por mais dois anos.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1958. — Apolônio Salles. — Cunha Mello. — Victorino Freire. — Domingos Vellasco.

— A Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução N. 6, de 1958

Restabelece-ly (dez) cargos extintos da classe "J" da carreira de Auxiliar Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Art. 1.º Fica alterado para 26 (vinte e seis) o número de cargos da classe "J" da carreira de Auxiliar Legislativo, de que trata o artigo 1.º da Resolução n.º 39, de 1956.

Justificação

O projeto visa a restabelecer 10 dos cargos criados pela Resolução n.º 4, de 1955 e, posteriormente, suprimidos pela de n.º 39 de 1956.

A medida tem por objetivo atender ao crescente aumento de serviço, nos diversos setores de atividades do Senado.

As reiteradas reclamações dos Diretores e demais órgãos de serviço da Casa comprovam a evidente falta de pessoal habilitado para os trabalhos dactilográficos, em geral acarretando, desta forma, sérios transtornos ao ritmo normal das atividades desta Secretaria.

Atendendo a estas considerações, a Comissão Diretora submete ao exame do plenário o presente projeto de resolução.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1958. — Apolônio Salles. — Cunha Mello. — Victorino Freire. — Domingos Vellasco.

— As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Nereu Ramos.

E' lido e deferido o seguinte

Requerimento n. 76, de 1958

Requeiro a Vossa Excelência que, na forma regimental, se digne de solicitar do Sr. Ministro da Viação a seguinte informação:

Qual o despacho exarado no processo encaminhado com o ofício n.º 57.21-119, de 10-12-56, em que é interessado José Patrocínio da Costa, de Florianópolis, que fora classificado em oitavo lugar no concurso de Carreiro?

Sala das Sessões em 25 de março de 1958. — Nereu Ramos.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Senador Lino de Mattos enviou a Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 98, § 2.º, do Regimento Interno.

Sua Excelência será atendido.

Discurso supra referido pelo Senhor Presidente:

O SR. LINO DE MATTOS:

Sr. Presidente, a leitura a fim de que constem dos anais do Senado, dos discursos proferidos à beira do túmulo que se abriu, em São Paulo, para receber o corpo do emérito patriótico Afonso de Escagnolle Taunay, é a homenagem póstuma que prestamos ao grande catarinense da antiga Nona Senhora do Destino, hoje Florianópolis, que se fez paulista de coração pelo seu imenso labor na terra dos bandeirantes.

Permita-me, pois, o Senado que eu passe à leitura dos discursos a que me referi de infeliz.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA

O Presidente da Academia Brasileira de Letras, Sr. Elmano Cardeira, pronunciou o seguinte discurso:

"Venho a São Paulo trazer a Afonso de Escagnolle Taunay o adeus da Academia Brasileira de Letras. Abre a sua morte no seio da nossa instituição um vácuo profundo, que não avallamos pela grandeza da sua presença naquela casa. Não a fazia maior na consciência de um convívio tão desejado, que a distância não permitia continuar, mas sempre se tornou marcante no decorrer do tempo, pela afabilidade e doçura da sua alma e pela magnificência da sua obra. Não o ninhou a imortalidade porque se haja inscrito um dia entre os 40 da illustre companhia. Imortal já o era quando, na noite de gala de 6 de maio de 1930, o recebemos com o júbilo merecido, pela irradiação do seu nome entre os predestinados das lides do espírito. As portas da Academia a ele se abriram espontaneamente, no reconhecimento de uma consagração conquistada pelo labor de toda uma vida dedicada às letras pátrias e aureolada afinal pela construção monumental da sua obra de historiador. Poderia naquelas alturas da sua caminhada posar tranqüilo o bordão do pioneiro de tantas jornadas pela selva escura do nosso passado, porque farta era a colheita no desbravar da nossa história, rica a bagagem acumulada através das suas penetrações nos mistérios da formação nacional. Mas nunca sonhara o incansável trabalhador em dar por concluída uma tarefa que já então se notabilizara pela fartura dos frutos colhidos e generosamente doados ao conhecimento geral.

Poucos terão, dentro ou fora da Academia, produzido com tanto afinco e tanto proveito na busca e rebusca dos acontecimentos que se encaixam para explicar enfim o tantas vezes invocado milagre de unidade nacional. Como bandeirante de outra espécie, mas da mesma tempera, Taunay realizou na floresta desconhecida da nossa historiografia o mesmo

esforço hercúleo dos heróis que se imortalizaram nas pábias da sua épica evocação das canceiras paulistanas. A conquista do Brasil pelos brasileiros, na sua frase sinéctica do fenômeno social e político que descreveu e analisou, foi o deslumbramento do seu espírito diante da magnitude e da unidade da nossa terra. Desde a infância, na confissão do seu ardor patriótico, o seduzira a razão de ser desse prodígio inaudito.

Como os conquistadores do solo pátrio, buscou Taunay, por veredas ainda ignoradas, penetrar o mistério e foi, com as pesquisas que lhe permitiram escrever os onze volumes da História Geral das Bandeiras Paulistas, abrindo clareiras novas que desvendassem o sentido nobre de um esforço injustamente atribuído à simples colheita de bens materiais. Muito mais elevado era, a seu ver, o impulso dos que, a serviço de El-Rei, procuravam dilatar os limites traçados à pátria que queria marcar as suas fronteiras na amplitude das terras desvirginadas pela sua fidelidade e pela sua bravura.

Incorporou-se, assim, o grande morto que aqui choramos, entre os cronistas que engrandeceram as nossas origens e desfez, com a segurança dos seus dados e a evidência da sua interpretação, o negativismo dos que faziam o apoucar e desmentir o esforço intépido que hoje exaltamos sem favor.

Mas não foi só na revelação do gesto bem pensado e bem sentido dos bandeirantes que o historiador encontrou elementos para afirmar a sua convicção. Cultor exímio do idioma, trouxe-lhe, na paciente colheita pelo campo da lexicologia, uma opulenta messe de vocábulos colhidos nas criações linguísticas do nosso povo, para a incorporação aos dicionários que os ignoravam. Omissões, lacunas, falhas, que servem de títulos a notáveis contribuições ao enriquecimento de um idioma que o emérito autor previa em breve falado por 100 milhões de pessoas e hoje sabemos, pelos estudos demográficos, há de ser, no ano de 2.000, o patrimônio de mais de 200 milhões de brasileiros. No neoportuguês-americano, o seu espírito presunhoso antevia uma das "grandes energias da homogeneização brasileira". Não foi senão pelo amor à língua portuguesa, com o reconhecimento ao papel que teve na integração do território pátrio, que buscou no terreno léxico o complemento histórico para a continuidade nacional.

Convicto, como Valéry, de que o passado, lendário ou real, age sobre o futuro com o poder comparável ao do presente, Taunay penetrou na história brasileira com o ânimo dos desbravadores, a fim de trazer as gerações de hoje e de amanhã exemplos dignificantes para que, à sua evocação, se engrandecam os destinos da pátria que ele tanto enobreceu.

Sua obra aí está, derramada em dezenas de livros, esparsa pelos jornais e revistas, divulgada em tantos outros volumes de autores que se valem do seu saber, a garantir a eternidade da sua glória, no culto que lhe acompanhará para sempre a memória exalta.

Sua vida foi um exemplo de nobreza e harmonia, pura e sonora como os acordes musicais com que se deleitava ao sentar-se ao piano para a evasão do seu espírito às esferas ideais do sonho e da contemplação. Sua glória é própria a construí-la, com a perseverança beneditina do seu labor, a força criadora da sua inteligência e a grandeza altiva do seu espírito.

Quando esta noite chegando a São Paulo para a triste missão de trazer a Afonso de Taunay estas palavras de despedida da Academia Brasileira de Letras, cruzei com o Monumento às Bandeiras, senti que o gênio do

artista, ao esculpir na pedra o denodo daquele punhado de heróis desconhecidos, se identificava, no espaço, pela beleza da sua inspiração, com a criação grandiosa que pelo tempo se encerra nas páginas admiráveis da História Geral das Bandeiras Paulistas. Um mesmo sentimento sublima o momento que o granito immortaliza e o livro traduz para a eternidade.

Pode repousar tranquilo, neste solo fecundo e generoso de São Paulo quem, vindo de fora, tanto fez para reviver os feitos da sua gente e a glória da sua terra, servindo-a e amando-a com o pensamento e o coração voltados sempre para a grande pátria estremecida.

Oração de Aureliano Leite

O Sr. Aureliano Leite, em nome da Academia Paulista de Letras, pronunciou a oração seguinte:

"Ainda ontem, fazendo uma consulta de sentido histórico ao grande morto, para quem se abre inexoravelmente esta fria sepultura, ele começou por me dizer, naquela sua conformação filosófica com o termino da vida: De cérebro, sinto-me em forma, mas de corpo nada mais valho. E com o seu cérebro admirável como o daquele outro vulto em circunstâncias idênticas — Alexandre Herculano — o qual encheu de glórias as letras históricas de Portugal, deu-me ali, poucas horas antes de se libertar do mundo, a prova pujante de seu equilíbrio e força mentais, fornecendo-me dados diversos, absolutamente certos, para trabalho a que estou dedicando noites de vigília.

Sem sombra de fraseologia, nem a sensaboria do lugar-comum, eu vos lembro que esse grande morto abre vácuo impenchível na sociedade brasileira, mas muito maior na sociedade paulista. Com efeito, ele realizou o que não parece comum nos dias que correm: reuniu em sua nobre pessoa o espírito, a fidalguia e o caráter. O espírito — olhe-se para sua obra profunda e original extraída com a maior honestidade das rúmas poéticas e rendadas de papéis nunca antes examinados, virgens por assim dizer das mãos e dos olhos de outros escabichadores, desmanchando-se entre os dedos. Obra imensa, possibilitando melhor o estudo da história de São Paulo, jamais a houve por terminado, prosseguindo nela, com a paciência de um beneditino, acrescida do desejo de servir a generosa terra que lhe abriu os braços longos da hospitalidade.

A sua obra muito mais do que as duas immortalidades com que as duas academias, a paulista e a brasileira a coroaram, ela sim, a sua obra histórica, não desaparecerá enquanto houver pedra sobre pedra em Piratininga e no Brasil. Já escreveu alguém que só os livros podem viver quase eternamente. Catedrais, palácios monumentais de mármore e bronze, cidades, se reduzem ao pó, enquanto que aqueles, os livros, subsistem. É a maior recompensa para o espírito que se engastou nos trabalhos mundos do grande Morto desta manhã.

Sua fidalguia era proverbial. Multiplicava-se no trato amorável, nos gestos de bondade, na galanteria que não se resumia em prodigalizar a nobilíssima esposa, a seus filhos e netos, a todos os ilustres parentes. De sua fidalguia sobrava muito para repartir com aqueles estranhos com quem ele convivia. Com alguns, ia até à abdicação extrema. Lembrem-se apenas Martin Francisco, o terceiro Canistran, de Abreu, o pontífice da História, Max Fleuss, Tavares de Lira, Rodolfo Garcia, Rocha Pombo, José Carlos de Macedo Soares, o grande e festejado chanceler, os quais

encontraram na sua amizade, nunca enublada, um fervor religioso.

De seu caráter — pareceu-me difícil que homem de seu espírito e de sua fidalguia pudesse juntar a essas virtudes a força de caráter, que muita gente considera mais próprio de um pobre burguês. Um artista, um escritor não lhe pode atribuir muita valia, é o que se fala às vezes. O grande Morto não era assim. Ao contrário notabilizava-se por caráter inteiro, mas nada como as ilustrações para completarem um juízo. O episódio que vou referir bem cabe nessas rudes palavras. Não omito nomes. Tenho horror às coisas vagas, às reticências. Concorriam a certa cadeira da Academia Brasileira de Letras dois ilustres e poderosos candidatos: Barbosa Lima Sobrinho e Pedro Calmon. O primeiro pediu ao inolvidável governador Armando de Salles Oliveira que trabalhasse por ele junto aos imortais de São Paulo. Armando chamou-me a Palácio, e pediu-me que me dirigisse em seu nome a Afonso de Taunay, nesse tempo diretor do Museu Paulista. Afonso de Taunay declarou-me, sem rebuços: "Já prometi o meu voto a Pedro Calmon". Embora em tom de absoluta delicadeza, insisti com Taunay na preferência por Barbosa Lima, certamente o vitorioso, deixando-se Calmon para a vaga imediata. Afonso de Taunay, também delicadamente, encerrou o assunto: "Então quer o meu amigo que eu fales com a minha palavra? Tenho a certeza que o dr. Armando me dará inteira razão". E foi o que se passou. O inolvidável governador deu-lhe toda a razão, ficando daí em diante conhecedor do pulso do seu alto funcionário.

Roque Pinto, tão comedido nas palavras, quando o recebeu em 1930 na Academia Brasileira de Letras, disse dele o que acabou de tirar do necrológio de "O Estado de São Paulo": "Quando considero o vulto e a importância de vossa obra magnífica, bem compreendo que houvesse tardado. O peso da bagagem, como no verso de Musset, demorava o passo do caminhar, firme, vaqueano de todos os chãos percorridos em labor inigualável".

Homens como esse que baixa a esta sepultura deixam atrás de si enorme vazio. Relevai-me lembrar-vos, senhores, que S. Paulo e o Brasil não lhe deram quanto ele merecia. Que ao menos agora cultivem a sua memória edificante, fazendo multiplicar por todos os meios a sua obra profunda e original, fadada por sinal a não morrer, a não acompanhá-lo à sua modesta sepultura. Isso consola um tanto.

Os porvindouros, certamente mais sábios e justos do que nós, entre as setas com que hão de alvejar as nossas gerações presentes, guardarão algumas para aqueles que não cercaram o grande Morto com a alta estimação a que ele fez jus. As nossas gerações estão em falta com ele. Todavia ainda há tempo de purgarem a culpa e porventura de se redimirem.

Tenho como certo que a Academia Paulista de Letras não foi feliz na escolha de seu intérprete. A emoção, que de regra nos invade em ocasiões dolorosas como esta, sinto que em mim já me vai embotando a inteligência e aumentando a natural inibição. Mas procurei ser sincero nas expressões das palavras encomendadas. Concluo, pois, repetindo a advertência há pouco expressada: as nossas gerações estão em falta com o grande Morto. Todavia ainda há tempo de purgarem a culpa e, porventura, de se redimirem".

DISCURSO DO PRESIDENTE DO I. H. G.

O Sr. José Pedro Cordeiro, presidente do Instituto Histórico e Geo-

gráfico de São Paulo, pronunciou na ocasião o seguinte discurso:

"Meu caro Afonso de Taunay, mestre e amigo: esta a minha derradeira palavra junto ao corpo, e também a do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, numa hora tão trágica para nós, em que passamos a viver na saudade e na evocação de uma figura varonil, de um porte fidalgo e majestoso, de uma bela figura física de homem, de uma inteligência que enobreceu São Paulo e o Brasil, de uma ilustração que exaltou a humanidade; hora trágica para nós que passamos a viver na rememoração constante e nostálgica dos teus carinhos de pai, de esposo e de avô, das forças e virtudes emanadas de um coração grande, leal, amigo, sincero, sempre mergulhado em afeto, em bondade, em ternura, em bem servir.

Dizia o poeta que a morte é liberdade. Sim, liberdade para os que vão, mas cativo, condenação, prisão, para os que ficam esperando a própria hora marcada pelo destino e que não podem e não conseguem esquecer, sempre lembram que passam, minuto a minuto, transe a transe, pelo martírio da saudade e da evocação. O teu corpo, já cansado das lutas, desce hoje à sepultura, mestre. Abraça-te agora, num amplexo que será eterno, a gloriosa terra paulista que tanto te ama, e sempre, sempre te amará.

A memória desse amor será eterna, porque eterno será também seu fruto, ofertado à Pátria no altar da cultura, da sabedoria e da honestidade, fruto que te fez, incontestavelmente, o maior historiador brasileiro dos nossos tempos.

Há os que servem à Nação no campo de batalha, no manejo do arado, nas pugnas em favor da liberdade. Preferiste o pontificar das cátedras, a ilustração e a sapiência, as tarefas árduas das pesquisas e da ciência, o labor da pena, e nisso soubeste cumprir o dever de patriota e disso tinhas consciência. Tão certo estavas a respeito que a morte não foi suficientemente poderosa para roubar-te a serenidade. Provam-no os tranquilos traços da face do justo ainda agora estampados no semblante do grande e ilustre Morto. Ela veio para encontrar em ti a certeza de uma existência útil de todo o bem que fizeste, do muito que deste do mundo que criaste e do tanto que amaste. Bem mereces o descanso e junto a ele quando o inicias, quando adentras o reino misterioso das trevas que para um crítico como tu, é um reino maravilhoso de luz, inicia-se também, numa continuidade, a guarda de honra e de gratidão formada por tudo aquilo que alicerça e arcabouça, constitui e personaliza, identifica e define no ser toda a Pátria Brasileira".

As palavras, Sr. Presidente, de Elmano Cardim, Aureliano Leite e José Pedro Cordeiro falam dos sentimentos de tristeza não somente da Academia Brasileira de Letras, Academia Paulista de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e sim dos brasileiros que sabem haver o Brasil perdido filho dileto, amante da sua terra e da sua gente, como o foi Afonso Taunay.

O SR. PRESIDENTE:

— Comunico aos Senhores Senadores que esteve no gabinete do Vice-Presidente desta Casa o Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara, que veio convidar o Senado para se fazer representar nas solenidades que serão efetuadas no Estádio do Maracanã na tarde chamada Tarde Sagrada. O convite de Sua Eminência é feito ao Senado, em conjunto e a cada senhor Senador individualmente.

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, primeiro orador inscrito.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

— Sr. Presidente, quisera não ter de ocupar a tribuna; preferiria que o motivo que m'o impele não ocorresse; melhor seria para todos nós e mais grato aos nossos corações. Às vezes o silêncio tem sua significação. Se pudesse nada dizer, seria feliz! Mas o assunto é para mim urgente, como o é para todos nós, os nordestinos.

É um tema sedico, não há dúvida; há, mais de cem anos se arrasta; é um fato, um triste e doloroso fato.

Mais de uma vez sobre nós, filhos do Nordeste, abate-se a seca.

Estamos sob regime de ameaça cujo alcance desconhecemos.

Cada um de nós indaga: por que sempre e sempre impende sobre nós, como força inelutável, a ameaça do rigor das estiagens periódicas?

Enxuga-se a terra, ressecam os campos e, então, esgotadas as últimas esperanças, com a passagem do equinócio, as populações abandonam seus lares, correm pelas estradas agrestes à procura das povoações e das povoações passam às cidades e das cidades ao litoral. Ai se exaure a própria caridade. Homens, mulheres e crianças, ao léu da sorte, precipitam-se incertos para onde há alguma vaga esperança. Esse o triste destino da gente que vive no Nordeste brasileiro.

O Sr. Apolônio Sales — Dá V. Exa. licença para um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com grande prazer ouvierei o aparte de V. Exa.

O Sr. Apolônio Sales — Estava eu inscrito, como deve ser do conhecimento de V. Exa., para também proferir discurso em torno dessa infelicidade, que mais uma vez se abate sobre o Nordeste. Recebiera a incumbência do Sr. Governador de Pernambuco, que enviou ao Rio de Janeiro o Sr. Petronílio de Santa Cruz, Secretário de Agricultura, hoje chegado há pouco mais de meia hora. Contou-me S. Exa. que quatro cidades de Pernambuco já estavam cheias de retirantes, das quais duas, por sinal, recebem-nos normalmente dos Estados vizinhos, uma vez que em Pernambuco há uma área chamada Zona da Mata, onde, comumente, não há seca, que agora já a alcança. Vem à procura de trabalho, nos engenhos e usinas, e infelizmente, nada conseguem, porquanto as operações agrícolas estão reduzidas. Ocorre que as verbas liberadas — e vi ainda ontem o Sr. Presidente da República não somente liberá-las mas dar ordens expressas para que se deixasse de parte toda e qualquer burocracia — referem-se ao Polígono das Secas. Em Pernambuco, porém, as secas já se estendem à Zona da Mata, agora super-povoada pelos retirantes. A situação piora, tal como no caso particular do Rio Grande do Norte, sem dúvida o Estado mais flagelado, onde não há uma só área que se possa dizer não tenha sido atingida pela seca. Em Pernambuco, se 64.000 km² são normalmente sacudidos pela estiagem, temos agora 30.000 km² atingidos, dos 99.000 de que se compõe o Estado que represento nesta Casa. Dou a V. Exa. todo o meu apoio e, se minha voz puder ser ouvida, que o seja pelos Poderes responsáveis, junto aos protestos autorizados do nobre colega.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito bem; muito obrigado a V. Exa. pelo aparte.

O Sr. Nelson Firmo — Foram concedidos, no entanto, um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros a Minas

Gerais, enquanto, para todo o Nordeste uma ninharia!

O Sr. Apolônio Sales — Prezado colega, louvo o zelo e interesse de V. Exa. pela nossa terra comum; mas não posso deixar de afirmar que nós nordestinos não olhamos o que se concede para outras regiões.

O Sr. Nelson Firmo — Para certas comparações, é bom critério.

O Sr. Apolônio Sales — Não fazemos comparações; e V. Ex.^a, generoso como sempre, há de convir que mais vale agora juntarmos nossas vozes em torno do problema comum.

O Sr. Nelson Firmo — O Governo podia ter dado vinte vezes mais para o Nordeste.

O Sr. Apolônio Sales — Está dando e muito mais ainda dará.

O Sr. Nelson Firmo — Dará, depois de tanta miséria, quando o drama atingir seu ponto mais alto.

O Sr. Apolônio Sales — O drama está-se pronunciando agora, porque, até nisso, os nordestinos são parciais: não se antecipam à certeza dos catástrofes. Esperaram até março, que é a data clássica em que se julgam os efeitos máximos da seca.

O Sr. Nelson Firmo — Como nordestino, arrependo-me de haver acompanhado o Sr. Juscelino Kubitschek.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, como tinha realmente em vista ocupar a tribuna por pouco tempo, não me sinto de maneira alguma prejudicado pelos longos apartes trazidos pelos ilustres colegas à minha modesta oração. Ao contrário esclareceram S. Exas., de maneira cabal e completa, ...

O Sr. Apolônio Sales — Sou muito grato a V. Ex.^a.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — ... a situação aflitiva que vai pelo Nordeste.

Sr. Presidente, dizia eu ainda pouco, procurando fixar a atenção do Senado para esse obscuro relato, que as condições em que nos encontramos são muito graves e devem ser atalhadas o quanto antes. Há, entretanto, outra indagação que nós nos fazemos, homens do Norte, homens do Centro e homens do Sul: se há cem anos se arrasta esse problema que é fundamental para uma grande zona do País e se os remédios têm sido tomados, por que há crise em vez de debelado o mal? Por que, em vez de sarado, se apresenta em condições cada vez piores, se temos as Obras contra as Secas, com programa definido a partir de Epitácio Pessoa?

Inquirem todos — e é justo o façam — das razões por que esse gravíssimo problema não foi ainda resolvido e se apresenta, pelo contrário, em condições de agravamento, que poderei chamar de extraordinárias?

Sr. Presidente das duas uma: ou alguma coisa está errada, ou, então, nada se tem feito de positivo no que se refere às obras contra as secas.

O Sr. Nelson Firmo — Está errado o Presidente Juscelino Kubitschek, que se obstina nos erros.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Estou, encarando o problema do ângulo generalizado, com absoluta isenção, sem criticar pessoas.

O Sr. Nelson Firmo — Pergunto ao nobre colega: as medidas tardias do Presidente Juscelino Kubitschek vão salvar o Nordeste?

O Sr. Apolônio Sales — Absolutamente. S. Ex.^a não retarda as providências.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — O caso é de atendimento geral.

O Sr. Nelson Firmo — Há mais de seis meses o Nordeste está sendo ar-

colega Senador Apolônio Sales não o ignora.

O Sr. Pedro Ludovico — Só agora a Imprensa começou a referir-se ao fato.

O Sr. Apolônio Sales — Se me permite o orador, responderei ao nobre representante pernambucano.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Espero apenas que os nobres colegas me reservem um minuto para produzir minhas considerações.

O Sr. Apolônio Sales — Há dois meses, mais ou menos, levei ao Ministro da Viação um relato sobre as possibilidades da crise iminente — não a confirmação da seca, porque essa só se confirmaria de março em diante, pois só nessa época, passado o período das plantações, são conhecidos os prejuízos.

O Sr. Pedro Ludovico — Havia esperanças de chuvas.

O Sr. Apolônio Sales — Encaminhei ao Sr. Ministro da Viação um pedido de cooperação para pequena ajuda ao Estado de Pernambuco, e S. Ex.^a, com todo o carinho, levou a tal ponto o interesse de colaborar, que no mesmo dia em que entreguei a solicitação autorizou o Chefe do Executivo a concessão de quinze milhões de cruzados. S. Ex.^a não retardou um só dia a providência, determinou-a assim que recebeu o pedido.

O Sr. Nelson Firmo — O Ministro da Viação é mais um elemento político.

O Sr. Apolônio Sales — Não! um dos auxiliares mais destacados deste Governo, a quem o Brasil já deve, nesta hora, inestimáveis serviços.

O Sr. Nelson Firmo — O Brasil deve — diz V. Ex.^a — inestimáveis serviços a esses políticos; tão inestimáveis, que as secas continuam arrasando o Nordeste!

O Sr. Apolônio Sales — O Brasil, repito, deve inestimáveis serviços ao Sr. Lúcio Meira. Pode ser que haja políticos que não tenham grande prazer em ver quanto o País está aproveitando da administração de Sua Excelência.

O Sr. Nelson Firmo — E são providências suficientes para salvar o Nordeste?

O Sr. Apolônio Sales — O colega não tardará por esperar.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — De quem devemos esperar — meu nobre colega? Não é o Presidente da República quem maneja os fios da vida administrativa do País?

O Sr. Nelson Firmo — Vossa Excelência, esperando, não tardará cansado.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, estava eu a encerrar o que chamei grávíssimo problema, sob aspecto geral.

Não lhe dei, no entanto, qualquer característica específica. Se o Senhor Juscelino Kubitschek, com efeito, não resolveu o problema, devemos considerar que, embora tenha sido ele posto, à guisa de equação, desde Epitácio Pessoa — e de lá para cá vários Presidentes se sucederam — continua com os mesmos aspectos e peculiaridades, a exigir medidas capazes não só de atenuá-lo, mas de solucioná-lo.

O Sr. Nelson Firmo — Foi um Presidente mineiro o construtor inicial dessa obra grandiosa.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, não estou na tribuna para justificar o honrado Chefe da Nação. Estive no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, com os demais representantes do Nordeste.

O Sr. Apolônio Sales — E testemunhou a solicitude do Sr. Presidente da República.

O Sr. Nelson Firmo — Providên-

O Sr. Apolônio Sales — Talvez tardias, como tardias nossas manifestações.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Posso testemunhar que, pelo menos, as palavras de S. Ex.^a foram tranquilizadoras, amigas e confiantes. Vi quando se voltou para o Ministro da Viação e Obras Públicas e lhe determinou providências, incontinenti, os meios indispensáveis para enfrentar a crise climática que pesava sobre o Nordeste. Depois, à noite, na sexta-feira passada, visitei o ilustre Comandante Lúcio Meira, e confabulei com ele a respeito das medidas que poderia tomar para o Nordeste, especialmente para meu Estado, o Rio Grande do Norte. Declarou-me S. Ex.^a, com a alta responsabilidade do seu cargo, que aquela unidade federativa, ao contrário do que parecera através de informações da Imprensa, não estava excluída dos benefícios, obras e vantagens da iniciativa que tomaria para atender às necessidades dos nordestinos alcançados pelo flagelo. Procurando um mapa e mostrando-se versado nos assuntos atinentes ao meu Estado, apontou os empreendimentos que iria iniciar — e já devem estar iniciados — de ligações rodoviárias, as quais representarão alto papel no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte.

Declarou-me ainda que outras medidas também tinha em vista; e as faria executar desde que dispusesse, como era de esperar, no mais breve prazo possível, dos créditos indispensáveis.

Tenho que dar, Sr. Presidente, um crédito de confiança ao honrado Ministro da Viação como deu crédito ilimitado à palavra do Chefe da Nação, o eminente Sr. Juscelino Kubitschek.

Se eu encontrava uma dúvida, um obstáculo, por menor que fosse, provavelmente seria assaltado pelo espírito de crítica fácil, quando, em verdade, até este momento, na palavra de quem de direito verifiquei o desejo de atender, quanto possível e rapidamente, às solicitações nordestinas.

Volto, porém, Sr. Presidente, ao fulcro desta minha oração. E quando eu interrogava, fazendo-me de povo ou de crítico — vá lá que o seja, — por que este problema tão importante, substancial para a zona nordestina e para a Nação, não obstante encarado por diversos Governos, sobretudo a partir de Epitácio Pessoa, ainda hoje se apresenta com essa gravidade excepcional, parecendo mesmo, que nada se fez no tocante às secas.

Alguna explicação, como dizia, tem de haver para o fato; alguma coisa não está certa; algo precisa ser corrigido; alguma providência deve ser tomada. Não é possível que continuemos nessa ramerrania administrativa, apodrecendo, sem que resolvamos, de modo eficaz, dificuldades que outros povos, há muito, já solucionaram convenientemente.

A ajuda ao Nordeste, já conta com alguns reservatórios de alto porte. O Ceará possui açudes com algumas centenas de milhões de metros cúbicos d'água; a Paraíba outros talvez maiores. Como, então, — indago como nordestino, — ao surgir o flagelo climático, são piores que sempre as condições dessas populações? Como se explica o fato? Pelo contrário, já deveria estar muito atenuada, nos seus dolorosos e devastadores efeitos, senão desaparecida a crise telúrica.

Como verificamos pelos telegramas, pelas notícias que nos vêm do nordeste, reponta trágica a situação, adiantando-se que pode mesmo re-

das, se o remédio não estiver ao pé da necessidade.

Aí está, Sr. Presidente, minha perplexidade, aliás a de todos os brasileiros. De fato, temos construído grandes açudes, que entretanto, não têm sido devidamente aproveitados. E o problema da ajuda ainda impõe à sua jusante o corretivo das desapropriações, através de medidas que tornem as várzeas produtivas, sob pena de continuarmos num estado de coisas semelhante ao anfeccente, sem vantagens para a coletividade. Canais de irrigação praticamente insignificantes, muita água armazenada no Ceará e na Paraíba, mas não drenada de maneira a propiciar um surto agrícola compensador; forragens para os animais, enfim, aquilo que pode fixar o sertanejo à terra.

O Estado do Rio Grande do Norte, bem friso o nobre Senador Apolônio Sales, é atingido de modo implacável pela estiagem. E que ele está, com efeito, no coração do Polígono das Secas. Sr. Presidente, em matéria de açudes, somos, no Nordeste, o Estado mais abandonado da Federação.

O Sr. Jorge Maynard — Penso que é Sergipe, nobre Senador. Mas temos tido muito poucas obras do Departamento de Obras Contra a Seca.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Registro o aparte de V. Ex.^a.

Dizia eu que, sendo o Rio Grande do Norte o coração do Polígono das Secas, é, sob este aspecto, o Estado mais desfavorecido. Sergipe, não obstante encontrar-se em semelhante condição climática, oferece no entanto, algumas vantagens, que minha terra não tem.

Reconheço que a Sergipe deveria fazer melhor e maior fatia, de modo que fosse bem tratado. Os terrenos nordestinos são, geralmente, de grande potencialidade, de grande capacidade produtiva, faltando-lhes, apenas, a aplicação inteligente de modernos processos agrícolas e a água indispensável na época das estiagens.

O Rio Grande do Norte — repito — é o mais abandonado e mais desfavorecido. Digo-o sem receio de tépica, lembrando que um só dos grandes açudes do Ceará, ou um dos imensos açudes da Paraíba, poderá conter todos os açudes públicos do Rio Grande do Norte.

Não estou aqui entretanto, com espírito local. Defendo os interesses, aspirações e desejos de todo o povo nordestino, pois, na verdade, eles constituem uma unidade, seus problemas dependem uns dos outros, porque só assim criaremos possibilidades de recuperação.

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte dirigiu-me telegrama que deve ter sido, também, recebido pelos meus colegas, solicitando-me fizesse ao Governo apelo veemente para o atendimento das multitudes flageladas, por isso Sr. Presidente encontro-me na tribuna.

Acima deste aspecto, há outro, para mim mais importante e de maior significação: indaga aos Poderes Públicos, o motivo por que, nesta altura do século, não estão resolvidos os problemas das obras contra as secas, de modo a criar ambiente que fixe o homem ao solo, conserve o bem-estar das populações e contribua, de certo modo, para o engrandecimento comum.

Sr. Presidente, na reunião de Petrópolis, um grande Bispo da minha terra, que exercita ali função apostólica, o Eugênio Sales, fez, voz alta, a recomendação de serem as verbas destinadas às obras contra as secas aplicadas rigorosamente de modo que os Estados sob o flagelo recebessem os benefícios correspondentes. Tinha razão esse nobre bispo. Com efeito,

nheiro às mancheias que estarão mino-
radas as dificuldades dos nordesti-
nos. Desagradamente, temos de
confessá-lo muitas vezes o dinheiro
do povo brasileiro é mal encaminhado,
mal usado e até malversado.

O Sr. Nelson Fermo — Muitas vê-
zes?! Sempre!

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Ora, diz-se mesmo, no nor-
deste, que há uma indústria das sé-
cas: que as sécas constituem um ne-
gócio. Se bem que isto não seja uma
verdade no geral, é, todavia, uma rea-
lidade no particular. Fortunas se fa-
zem à custa da miséria dos nossos
conterrâneos; fortunas se fazem e se-
rão feitas ainda, se não houver uma
minuciosa aplicação desse dinheiro.

D. Eugênio Sales sugeriu, com
muita propriedade, que tais verbas
fossem aplicadas pelo Departamento
Nacional de Estradas de Rodagem, e
ele bem sabe o que está dizendo. Su-
geriu que esse Departamento cons-
truisse as rodovias imprescindíveis,
estando, portanto, sujeito à fiscaliza-
ção do poder público e capacitado
para realizar uma obra benemerita.

Por outro lado, Sr. Presidente,
obras de maior tomo, como as de na-
tureza ferroviária, do mesmo passo
poderiam ser atacadas encomprando
os trilhos que levam a centros agro-
produtores, obviando dificuldades e
sanando falhas para, quando entrarmos
no regime do normal, encontrarmos
possibilidade de amplo desenvolvi-
mento.

É uma desgraça, mas um fato, que
no Brasil, em matéria de pavimentação
de estradas, muito pouco temos.

O Departamento Nacional de Es-
tradas de Rodagem confiado a engen-
heiros pecaiores vem lutando com
enormes dificuldades. Procura a toda
força dotar-nos de boas pontes, com
obras de arte, com estradas em condi-
ções de tráfego, porém, apesar disso
proporcionalmente estamos aquém de
muitos outros países da América La-
tina.

Ainda agora tive ocasião de viajar
a Natal, via João Pessoa e ao trans-
pormos, poderei dizer praticamente as
linhas paraibanas com o meu Estado
defrontei-me com pontes nas piores
condições, pontes feitas de madeira
que causavam um ruído que iam cair
em alguma perambreira.

Fiquei, Sr. Presidente, confesso,
como representante do Rio Grande do
Norte, envergonhado. Tive receio
de que suborsem, naquele ônibus,
que eu era Senador, porque então
não me perdoariam os sertanejos
meus companheiros de viagem, o des-
caso com que eram tratadas essas
pontes, enfim, os meios de segurança
e facilidade de transporte no meu Es-
tado. Se disse isso a respeito do que
encontrei na passagem de um Estado
para outro do lado paraibano e do
lado pernambucoano, que diria eu se,
porventura, me fôa dada a oportu-
nidade de viajar por outras zonas de
minha terra onde, por certo, as con-
dições seriam semelhantes ou idên-
ticas.

Razão há, quando recebemos em
cheio as flechas da crítica dos nossos
eleitores. Assiste-lhes todo o direito,
porque, Sr. Presidente, têm eles a no-
tícia de que centenas de milhões de
cruzeiros foram gastos em obras, mas
não vêm os frutos desse trabalho, mas
resultados práticos desse esforço.

Concito Sr. Presidente, como re-
presentante do Rio Grande do Norte,
ao eminente Sr. Ministro da Viação
e Obras Públicas, Dr. Lúcio Meira,
que tem grandes e nobres idéias em
vista, a estimular as condições do
meu Estado Natal, a sopesar-lhes as
dificuldades, contribuindo com o seu
patriotismo e tirocinio para a solução
de problemas que já deveriam estar
resolvidos.

Sr. Presidente, essa grande des-
gracia que periodicamente se abate
Natal, é uma...

um labéu lançado à face dos nossos
nomens públicos.

Pergunte-se ao País, indague-se do
Erário Nacional, quantas dezenas ou
centenas de milhões de cruzeiros fo-
ram gastas e qual o resultado de sua
aplicação? Teremos como resposta
que muito se dessangrou o povo, mas
não se lhe deu, em compensação,
nada de positivo.

Grandes açudes, na verdade, se
construíram na Paraíba e no Ceará,
mas quase inaproveitados; grandes
barragens se fizeram no Ceará e na
Paraíba, de cujas aplicações práticas
pouco sabe o povo. Planos admirá-
veis de engenharia hidráulica, com
irrigação potencial abrangendo mais
de um Estado; mas, na verdade, tudo
fica apenas ao que parece, nas con-
jecturas amáveis de sonhadores idea-
listas sem realidade prática ou obje-
tiva.

sem realidade prática ou objetiva.
Se o Governo pretende resolver o as-
sunto das obras contra as sécas, tem
de enveredar por outro caminho. O
que vem trilhando, de tão experimen-
tado já muito deu de ruim porque
ruim é o plano que na prática de
anos não dá frutos que valham a
pena. É o que se tem verificado.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V.
Ex. um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVAL-
CANTI — Com muita satisfação.

O Sr. Ruy Carneiro — O Departamen-
to Nacional de Obras contra as
Sécas tem estudos sobre o plano de
irrigação a que V. Ex. se refere; to-
davia, para realizá-lo faz-se necessá-
ria ação continuada dos governos.
Uma vez posto em execução, modifi-
car-se-á a situação.

O Sr. Nelson Fermo — A condicio-
nal já é derrota.

O Sr. Ruy Carneiro — Caro cole-
ga Senador Nelson Fermo, não somos
Executivo; é necessário — repito —
haja plano continuado.

O Sr. Nelson Fermo — Só ouço
falar em planos; enquanto isso, a
miséria se abate sobre a população
do nordeste. Planejamento de com-
bate ao flagelo todos os anos se re-
petem; os resultados porém são
nulos.

O Sr. Ruy Carneiro — Para execu-
ção do que existe é preciso comen-
çar pela desapropriação de terras.
E sem dúvida plano muito completo
que requer do Governo coragem e
disposição. A irrigação de uma zona
como a do Nordeste não se faz de
imediato, depende grandemente, como
disse, de ação continuada.

O Sr. Nelson Fermo — Nesse sen-
tido V. Ex. tem meus aplausos.

O Sr. Ruy Carneiro — No particu-
lar vejo que estamos todos de acor-
do; eu, com o nobre Senador pela
Paraíba e o nobre representante de
Pernambuco. Salvo melhor juízo tem
sido com efeito a falta de continui-
dade o fundamento de não existir
ainda o sistema de irrigação no Nor-
deste.

Dizia eu — e relembro para conhe-
cimento do nobre Senador Ruy Car-
neiro — que o problema das obras
contra as sécas, foi posto, realmente,
na tela das cogitações mais profun-
das da Nação por um eminente pa-
raibano, o grande estadista Epitácio
Pessoa. De lá para cá sucederam-se...

O Sr. Nelson Fermo — Veio um
Presidente mineiro.

O SR. KERGINALDO CAVAL-
CANTI — ... Presidentes e mais
Presidentes e apesar dos planos, que
acredito sejam admiráveis, excepci-
onais, há uma realidade, todavia, gri-
tante. É a de que, pelas notícias te-
legráficas e pelas vozes dos oradores,
a situação não se modificou, antes se
agravou, piorou. Eis o motivo por
que fiz a pergunta: Por que se arra-
vou e piorou se tantas dezenas de cen-
tenas de milhões de cruzeiros têm
sido despendidos nas obras contra as

sécas e de açudagens? Alguma coisa
não está certa ou então devo estar
equivocado.

O Sr. Ruy Carneiro — O nobre
colega está certo. O fato é que o Go-
verno ainda não se dispôs a encarar
o problema. O açude de São Gon-
çalo, no Município de Souza no Es-
tado da Paraíba, por exemplo, tem
bacia própria; o do Município de
Corumbá igualmente. Os planos estão
estudados e prontos. Nada se faz
sem planejamento. É necessário que
haja alguém que os execute.

O Sr. Nelson Fermo — Não há
continuidade por parte dos governos
que se sucedem em executar esses
planos.

O Sr. Ruy Carneiro — Falta é dis-
posição do Governo, o Congresso vot-
ar os recursos pedidos e o Executivo
mandar executar, sem solução de
continuidade, as obras necessárias.

O Sr. Nelson Fermo — O Presiden-
te dá um bilhão e quinhentos milhões
a seu próprio Estado e a miséria
para o Nordeste! Protesto! Não está
certo!

O SR. KERGINALDO CAVAL-
CANTI — Sr. Presidente, acredito
que o homem que tem a brava cora-
gem, neste País, de fazer Brasília,
deve ter coragem e disposição valo-
rosa para enfrentar o problema das
sécas do Nordeste.

O Sr. Ruy Carneiro — De pleno
acôrdo com V. Ex.

O Sr. Nelson Fermo — Senador
Kerginaldo Cavalcanti, qual o pro-
blema mais urgente: Brasília ou a
Salvação do Nordeste?

O Sr. Ruy Carneiro — Podem ser
atacados, paralelamente, os dois em-
preendimentos: Brasília e Nordeste.

O Sr. Nelson Fermo — Não é, en-
tretanto, o que se está fazendo!

O Sr. Ruy Carneiro — Está-se fa-
zendo. V. Ex. está sendo injusto com
o Sr. Presidente da República.

O Sr. Nelson Fermo — S. Ex. é
que está sendo injusto com o meu
Nordeste.

O Sr. Ruy Carneiro — Então V.
Ex. não está a par das medidas do
Governo!

O Sr. Nelson Fermo — Quanto o
Governo deu para o Nordeste, até
hoje? Com milhões. Para Minas, no
entanto, deu um bilhão e quinhentos
milhões!

O Sr. Ruy Carneiro — O Sr. Pre-
sidente da República está liberando
as verbas para o Nordeste. Incumbe-
lhe, porém, atender, igualmente, as
mais unidades federativas.

O Sr. Nelson Fermo — Não está
dando o suficiente. De S. Ex., ama-
nhã, um bilhão e meio para o Nor-
deste e me levantarei para aplaudir-
lhe a obra. Não fazer justiça, no en-
tanto, ao meu Nordeste, tenha paci-
ência V. Ex.; não admito!

O Sr. Ruy Carneiro — Injustiça
faz V. Ex. ao Sr. Presidente da Re-
pública por não estar a par do que
ocorre no Nordeste. Se estivesse, não
agiria assim.

O Sr. Nelson Fermo — O Chefe do
Executivo enfrenta o drama do Nor-
deste com medidas administrativas
insuficientes. Tenho-lhe muito res-
peito, mas, neste caso, não o posso
elogiar.

O Sr. Ruy Carneiro — Não é ques-
tão de elogios e, sim, de justiça.

O Sr. Nelson Fermo — O Sr. Pre-
sidente não merece a minha justiça.
Pode merecer a de V. Ex. A minha,
não tem merecido, até hoje!

O Sr. Ruy Carneiro — Veia Vossa
Excelência que os nordestinos lhe ba-
terão palmas.

O Sr. Nelson Fermo — E continua-
rá a morrer de fome!

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Sr. Presidente, meus eminentes
colegas são, realmente, encantadores.

O Sr. Ruy Carneiro — Perdoe-me
V. Ex. interromper-lhe o discurso,
para dialogar com meu velho amigo,
Senador Nelson Fermo.

O Sr. Nelson Fermo — O nobre ora-
dor aprecia um bom debate.

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — O diálogo curioso e instrutivo
com que VV. Excias. abrilhantam
essa oração permite-me ter presente
ao espírito o interesse combativo dos
nordestinos pelo magno problema das
obras contra as sécas. Têm eles razão,
porque nada existe para nós de mais
impressionante do que o quadro da
séca do Nordeste. O homem do Sul
sequer pode fazer uma idéia. Por mais
que imagine, o quadro que desenha em
sua mente fica muito aquém da reali-
dade.

Já estive no coração das sécas, den-
tro de uma seca. Senti-lhe as tremen-
das efcitas! Vi um povoado de mi-
nha terra ficar, por assim dizer, inte-
iramente desabitado; vi o gado sen-
dento, nas caatingas, a urrar desespera-
do; vi vaqueiros indormidos, cansa-
dos, lutando, palmo a palmo para ar-
rancar do leito seco dos rios a água
para dessedentar as reses, água já no
outro dia, esverdeada pelo caparosa;
vi crianças esqueléticas e mulheres aca-
brunhadas; enfim, vi as consequências
trágicas do fenômeno cecico que nos
crucia há mais de um século. Quem
presenciou tudo isso sente, gravadas
na alma, as tristezas, as agônias do
povo nordestino.

Senhor Presidente, venho dessa cé-
lula grandiosa da nacionalidade, edi-
ficada pelo sofrimento e pela perse-
verança. Sinto-a profundamente na
alma. Ela é, de fato, o que ha de rijo
e forte no Brasil, porque desafia a
própria natureza: O homem agarra-se
à terra, e esta, em comunicação com
o homem, se agiganta; ele luta e quan-
do se vê constrangido, Sr. Presidente,
deixa a terra natal e segue aos ma-
gotes, desarvorado e desassistido, para
onde o destino possa conduzi-lo. Essa
ainda a tragédia maior da nossa ge-
nte, tragédia contra a qual tenho pro-
testado desta tribuna. Reclamo Se-
nhor Presidente, para os Nordestinos,
com voz irada e bramindo, um trata-
mento justo, equânime, de igualdade.

Há, entretanto, uma discriminação
crimínosa: os nordestinos são joga-
dos, nos "paus de arara", pelo mundo
em fora enquanto a imigração estran-
geira chega este país, bem encaminha-
da, vai para a Ilha das Flores, onde
é bem alimentada e dorme bem, de
lá seguindo para abrigos felizes, para
os climas amenos, recebendo, não só do
Governo brasileiro, como do da sua
Pátria de origem, recursos para en-
frentar as primeiras dificuldades.

O nordestino não sabe para onde
vai; segue sem saber o que lhe re-
serva o dia de amanhã, empurrado
por um cataclisma.

Sr. Nelson Fermo — E a maio-
ria vence.

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Vence porque a força do sofri-
mento já lhe caldeou o sentimento,
já lhe caldeou o espírito e já lhe refez
a resistência.

Senhor Presidente, espero que o emi-
nente Chefe da Nação, por intermédio
do ilustre Ministro da Viação, assista
aos flagelados do Nordeste, mas acima
disto, e muito mais do que isto, es-
pero que S. Ex., com o espírito e a
teimosia patriótica que lhe são pecu-
liares, determine que as obras contra as
sécas se realizem de acôrdo com os
planos estabelecidos e dentro do mais
breve prazo possível. Não é simples-
mente planejar que resolve situação
dessa natureza. Planejar é quase tudo,
mas ainda não é tudo. Executar, sim.
É isto que deve fazer o Sr. Presi-
dente da República: impor e exigir
que o Departamento Nacional de Obras
Contra as Sécas dê andamento às
obras, trabalhe, lute e esforce-se, por-
que, desse esforço, dessa obra e dessa
luta, dependa a prosperidade do bem-
estar e a felicidade de grande parte

do Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

Durante o discurso do Sr. Ker-
ginaldo Cavalcanti, o Sr. Apolo-
nio Salles deixou a cadeira da pre-
sidência, assumindo-a o Sr. Cunha
Mello.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente.
Tem a palavra, para explicação pes-
soal, o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Para explicação pessoal — Não foi
revisto pelo orador). Sr. Presidente,
encaminharei à Mesa requerimento
desta feita, de informações ao Exce-
lentíssimo Sr. Ministro das Relações
Exteriores, Embaixador José Carlos de
Macedo Soares. Decorre da entrevista
recentemente concedida à imprensa
pelo Sr. Ilmar Penna Marinho, Chefe
do Departamento de Assuntos Consu-
lares e Passaportes do Itamarati.

Consoante informa este Ilustre di-
plomata, cogita o Ministério das Re-
lações Exteriores de providências ligadas
ao estabelecimento de relações
diplomáticas e de agentes diplomáticos
em países da África, recentemente
constituídos em nações livres.

Por se tratar de entrevista conce-
dida por alto funcionário do Itama-
rati, entendi, para orientação desta
Casa do Congresso Nacional, de soli-
citar as informações referidas, con-
forme passo a ler:

"Requerimento n.º 77, de 1958.

Requeiro à dita Mesa, na for-
ma regimental, sejam solicitadas
ao Exmo. Sr. Ministro das Re-
lações Exteriores as informações
seguintes:

1.º Providências tomadas pelo
Itamarati, junto aos órgãos pro-
prios do Governo Federal, face
ao Relatório do Vice-Presidente
dos Estados Unidos, Sr. Nixon,
aconselhando o Governo e os en-
presidenciais norte-americanos a
aplicarem dinheiro na África e a
fornecerem técnicos e especialis-
tas em economia e Estados afri-
canos, constituídos, recentemente
em nações livres;

2.º Orientação tomada pelo
Itamarati, nos setores africanos
de produção concorrente com o
Brasil, face, também, ao Relató-
rio do referido Vice-Presidente
Nixon, aconselhando o Departa-
mento de Estado, da sua Nação,
a enviar representações diploma-
ticas e assessores para os gover-
nos da África, com os quais sejam
estabelecidas essas relações diplo-
máticas.

Justificação

I — O Relatório do Vice-Pre-
sidente Nixon, a que se refere
este Requerimento, foi encami-
nhado ao Presidente dos Estados
Unidos da América do Norte em
meados do ano findo e dele deu
notícias a imprensa nacional e
internacional.

II — O Vice-Presidente Nixon,
sob o pretexto de assistir a ins-
talação do Governo da nova Na-
ção Africana de Gâmbia, visitou
algumas das regiões férteis do
continente negro para, ao final,
se convencer da conveniência de
aconselhar o Governo e em-
presidenciais norte-americanos a in-
vestir recursos financeiros na
África e cuidar, mais direta-
mente, aqueles povos, dando-
lhes assistência técnica e, a
mesmo, a honraria das represen-
tações diplomáticas.

III — O fato não deve ter pas-
sado despercebido das nossas au-
toridades do Ministério das Re-
lações Exteriores, tanto mais que

o Relatório mereceu, de um dos
nossos argutos comentaristas de
imprensa, o jornalista João de
Scantimburgo, Ilustre diretor do
velho "Correio Paulistano", vários
artigos, glosando o Relatório
Nixon.

IV — E' de se admitir, por-
tanto, que a nossa Chancelaria
tivesse alertado os órgãos gover-
namentais próprios sobre a orien-
tação norte-americana de estimu-
lar na África os nossos concorre-
ntes em produtos tropicais, com os
recursos necessários, representações
por dólares, técnicos, economistas,
assessores e representações diplo-
máticas.

V — Parece certo que o Itama-
rati tenha providenciado ou
esteja se orientando no sentido
de estabelecer, também as nossas
representações diplomáticas com
os referidos países africanos, bem
como o envio de agentes diplo-
máticos ou observadores em con-
dições de manter o Governo da
República melhor informado so-
bre o que se passa naquelas pa-
ragens; particularmente, quanto
aos produtos tropicais.

VI — Os Estados Unidos que,
indiretamente, com os imensos
recursos financeiros do "Plano
Marshall", auxiliaram a África
no plantio do café, do algodão, e
de outros produtos tropicais, pas-
saram, agora, ao auxílio direto,
conforme aconselhou o Vice-Pre-
sidente Nixon.

VII — E', portanto, urgente e
imperativa a intervenção diplo-
mática da Brasil nesse setor, a
fim de, pelo menos suavizar os
danosos efeitos para a nossa eco-
nomia, de vez que, principalmen-
te, o café, o cacau e o algodão
africanos, devido ao baixo preço
da sua produção, marcham a
passos largos na luta competitiva
em desfavor dos produtos brasi-
leiros.

VIII — Este requerimento de
informações se fundamenta, por-
tanto, na preocupação que domi-
na o espírito do seu signatário
de estar sempre atento a todos
os problemas de interesse na-
cional.

Sala das Sessões, 25 de março

de 1958. — Lino de Mattos.

Senhor Presidente, creio que a pró-
pria justificação do requerimento diz
tudo. Fosse maior o tempo regimen-
tal de que dispusesse e iria tecer co-
mentários sobre problema implícito
no meu requerimento de informações
— que toda a Casa percebe — e ainda
o do café.

Encerrando estas considerações, peço
a atenção das autoridades governa-
mentais para uma notícia extrava-
gente e, ao mesmo tempo, muito abor-
recida para nós brasileiros.

Vem essa notícia de Belém do Pará
incrível, mas deve ser verdadeira. O
comércio cafeeiro da capital daquele
Estado luta com falta do produto. Não
há café em Belém do Pará! O pouco
que existe na praça, segundo o nota-
rio, está sendo sonogado, porque,
além de consumo próprio, ele fornece
aos Estados vizinhos e principalmente
às Guianas, em particular a Guiana
Francesa.

Há, portanto, dentro do Brasil um
Estado e uma grande capital que re-
clamam a falta de café, no instante
em que toda a opinião pública sabe
que há superprodução. Os portos ex-
portadores de café estão abarrotados.
Dai a crise, o clamor público, a si-
tuação desconcertante em que se en-
contram as autoridades encarregadas
desse setor da administração pública
brasileira.

Senhor Presidente, enquanto esse
fato é público e notório, vem a im-

prensa com a notícia, já a esta altura
também pública e notória, de que em
Belém do Pará não há café. O co-
mércio local reclama providências,
porque a rubiacea desapareceu do
mercado.

Que estará acontecendo nesse setor,
Sr. Presidente?

Era o que eu desejava dizer (Muito
bem).

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento do nobre Senador
Lino de Mattos está deferido.

Sobre a mesa outro requerimento,
que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secre-
tário.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 78, de 1958

Nos termos do art. 156, § 3.º, com-
binado com o art. 126, letra f, do Re-
gimento Interno, requeremos urgência
para o Projeto de lei do Senado nú-
mer 43, de 1957, que dispõe sobre as
comemorações do 50.º aniversário da
imigração japonesa no país, e dá ou-
tras providências.

Sala das Sessões, em 25 de março de
1958. — Moura Andrade. — Ray
Carneiro. — Otacilio Jurema. — Ne-
reu Ramos. — Julio Leite. — Novais
Filho. — Mourão Vieira. — Ary
Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será votado depois
da Ordem do Dia.

Passa-se à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de
Decreto Legislativo n.º 31, de 1957,
originário da Câmara dos Depu-
tados, que aprova o ato do Presi-
dente da República que determina
a intervenção federal, por sessen-
ta dias, no Estado de Alagoas, nos
termos do Decreto n.º 42.266, de 14
de setembro de 1957, tendo Pare-
ceres favoráveis, sob ns. 43 e 44,
de 1958, das Comissões: de Cons-
tituição e Justiça; e de Segurança
Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Projeto.

O SR. LINO DE MATTOS:

Sr. Presidente, o caso alagoano está
superado. Mercê das providências da
Suprema Justiça da Nação, tudo se
regularizou e o Governador Muniz
Falcão retomou seu trabalho à frente
do governo daquele Estado. Poderia,
portanto, o presente projeto de reso-
lução, que aprova a intervenção de-
cretada pelo Governo Federal no Exe-
cutivo daquele Estado, ser aprovado
sem mais consideração, de ordem al-
guma.

Conforme rapisei, na ocasião em que
o assunto veio a debate, tenho, como
homem público, grande temor, men-
so pelos precedentes que arranhem,
que firam, de qualquer maneira, a Car-
ta Magna da República.

Entendo, no que me pese meu res-
peito aos eminentes juristas desta
Casa, e, em particular, a S. Ex.ª, o
Ilustre colega Senador Nereu Ramos,
então, no exercício das elevadas fun-
ções de Ministro da Justiça, que o ale-
gado para a decretação daquela pro-
vidência pecou por ferir princípio
constitucional, que, a meu ver, deve-
ria ser respeitado.

A Constituição da República, no ar-
tigo 7.º, estabelece as exceções, ba-
seada nas quais a intervenção é pos-
sível. Apegou-se, porém, o Governo
Federal naquilo que a Assembléia Le-
gislativa de Alagoas afirmava: estar
coacta, motivo: "que pedia a inter-
venção. Analisei, na ocasião, os fatos,
para demonstrar que aquela Assem-
bléia não havia, nos termos regimen-
tais, e na conformidade da Constitui-
ção daquela unidade federativa, se
reunido legalmente, para a adoção da

medida. Conforme dispõe o art. 40,
n.º IX, da Carta Constitucional, de
Alagoas:

"E' da competência privativa do
Poder Legislativo solicitar a in-
tervenção federal nos termos da
Constituição da República, ressal-
vada a competência dos demais
Poderes".

Parece-me, Sr. Presidente, fora da
dúvida, que a Assembléia Legislativa
de uma unidade federada so funciona
como poder, para exercer uma de
suas prerrogativas de exclusividade,
quanto atende aos princípios estabele-
cidos no seu Regimento Interno e na
própria Constituição. A condição para
validade jurídica dos atos do Poder
Legislativo estadual é que eles se rea-
lizem através de convocação, de ordem
do dia pre-estabelecida, e de reunião
pública com a participação de todos
aqueles integrantes que desejam dis-
cussão a matéria constante da pauta.

Não foi o que aconteceu no Estado
de Alagoas. O próprio Governo Fe-
deral, por intermédio do então em-
frente Ministro da Justiça, Senador
Nereu Ramos, informou a essa Casa
e consta do respectivo processo, que a
reunião baseada na qual a interven-
ção fora solicitada, se realizara na
residência particular do Presidente da
Assembléia Legislativa alagoana.

Sr. Presidente, não é possível se
possa dar validade como providência
legal, ato legislativo ou decisão de
soberania do Poder Executivo do Es-
tado a reunião que, no meu entender,
foi clandestina, porque realizada a
portas fechadas na residência parti-
cular de um dos parlamentares in-
tegrantes do bloco que fazia oposição ao
Governador Muniz Falcão.

Quando discuti este meu ponto de
vista, o eminente Senador João Vil-
lasboas, Líder Ilustre da União Demo-
crática Nacional, constitucionalista,
acatado e respeitado, ofereceu-me co-
mo exemplo, acontecimento que se ve-
rificara em Mato Grosso, para dizer
que também ali se realizara fora da
sede da Assembléia Legislativa uma
reunião de Deputados para pedir a
intervenção federal naquele Estado,
que, efetivamente, foi decretada.

O exemplo mencionado não tem
qualquer semelhança com o caso de
Alagoas. A reunião em Mato Grosso
verificou-se, de fato, fora da sede da
Assembléia Legislativa; entretanto,
ocorreu no quartel da Região Militar,
obediência à convocação própria e com
o objeto pré-determinado qual o de
decretar a intervenção.

Assim, Sr. Presidente, os dois ca-
sos são diferentes: em Mato Grosso,
os parlamentares contrários à reunião
da Assembléia para o fim específico de
pedir a decretação da intervenção fe-
deral, poderiam comparecer se o de-
sajassem, ao quartel da Região Militar,
tanto mais que estariam em segurança
física, por intermédio dos arórios
oficiais integrantes daquela Unidade
do Exército Nacional; em Alagoas, os
Deputados favoráveis ao Governador
Muniz Falcão jamais poderiam com-
parecer à residência do Presidente da
Assembléia Legislativa. Chefe da Opo-
sição, porque sabiam qual a recepção
que lhes seria reservada e a qual não
preciso fazer referências, porque a
opinião pública conhece de sobra os
acontecimentos alagoanos.

Sr. Presidente, com estas ligeiras
considerações e tão somente para não
fugir ao dever a que estou obrigado,
de me manter coerente com atitudes
anteriormente tomadas, deixo de votar
favoravelmente à providência em dis-
cussão e, logo mais, em votação.

Diz-se-á que, conforme afirmei de
início, se trata de providência já su-
perada pelo tempo. Sem dúvida: o
prazo da intervenção já se esgotou. O
Governador Muniz Falcão assumiu o
Governo, e, aprovada ou não a pro-
posta governamental, está o assunto
inteiramente liquidado.

O Sr. Vitaldo Lima — Permissão
V. Ex.ª um aparte?

O SR. LINO DE MATOS — Com prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Deploável é que a tramitação desse projeto tenha sido tão morosa, uma vez que se trata de providência tomada no ano passado. A intervenção federal foi decretada no ano próximo findo, por sessenta dias; e somente agora, e finais de março, aprecia o Senado o assunto.

O SR. LINO DE MATOS — Furtelme ao exame desse aspecto do problema por dizer ele mais diretamente a nós, aos nossos trabalhos, a atraso que por certo há de ter explicação razoável dos respectivos órgãos técnicos ou do relator da matéria.

O Sr. Vivaldo Lima — Na Câmara dos Deputados o atraso foi maior. Parece-me, revele ela, por mais tempo, a proposição.

O SR. LINO DE MATOS — Preferi apegar-me tão somente à parte constitucional para, ainda uma vez, reforçar o ponto de vista que espousei, e do qual não me arrependo. O tempo e os fatos se encarregaram de provar a justiça da causa que defendo.

O Sr. Vivaldo Lima — Há de convir V. Ex.^a, se trata de proposição que devia ser submetida à apreciação do Congresso em regime de urgência especial.

O SR. LINO DE MATOS — Evidentemente, e antes de se esgotar o prazo do projeto da proposição.

Verdade é que, regimentalmente, hoje a matéria está em discussão.

Conforme declarei, os fatos e o tempo se encarregaram das provas. Coube à Justiça Superior da Nação corrigir falhas da Lei n.º 1.079, de 1950, que trata dos crimes de responsabilidade.

Está a Casa lembrada de como insistiu, na ocasião, quanto à inconstitucionalidade da parte referente ao julgamento. Não era possível ser o Chefe de um Executivo julgado por Tribunal composto de seus próprios inimigos, já que a Maioria, no caso particular de Alagoas, era constituída de opositores, a começar pela Mesa do Poder Legislativo. A ela, de acordo com a Lei de Responsabilidade, cabia compor o Tribunal. Representava, no entanto, o pré-julgamento, a condenação antecipada do Chefe do Executivo. Bati-me contra essa disposição da lei; e a Justiça encarregou-se de corrigi-la. Posteriormente, um ato do Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas demonstrou estar eu com a razão, quando criticava e censurava a reunião clandestina realizada numa residência particular, para pedir a intervenção federal. Quero referir-me à atitude do Presidente daquela Casa Legislativa, que, sem ordem do dia, sem convocação especial para aquele fim, entendeu, em dado momento, ex-*abrupto*, proceder a um sorteio para a composição do tribunal julgador. Repetiu-se, de maneira diversa, a arbitrariedade, o desrespeito ao Regimento Interno. No caso primeiro, era a reunião na residência; no caso segundo, o sorteio sem convocação especial e sem ordem do dia, ambos iguais, porque violadores de princípio jurídico.

Coube ainda uma vez ao Supremo Tribunal Federal derrubar essa farça, a fim de que a eleição dos Deputados que deveriam integrar o tribunal julgador, fosse precedida de ordem do dia, da convocação e da reunião pública.

Feito isto, o assunto se encerrou; eu, Sr. Presidente, encerro minhas considerações. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão. (Pausa). Mais nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. NEREU RAMOS:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a faça constar da Ata que me absterei de votar, por ser um dos signatários do decreto de intervenção no Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE:

A declaração de V. Ex.^a constará da Ata.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 31, DE 1957

(N.º 144-C-1957, na Câmara dos Deputados)

Aprorá o ato do Presidente da República que determinou a intervenção federal, por sessenta dias, no Estado de Alagoas, nos termos do Decreto n.º 42.266, de 14 de setembro de 1957.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o ato do Presidente da República que determinou a intervenção federal por 60 (sessenta) dias, no Estado de Alagoas, nos termos do Decreto n.º 42.266, de 14 de setembro de 1957.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 252, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 como reforço para atender às despesas finais decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa, tendo Parecer favorável, sob n.º 54, de 1958, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Está encerrada.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 252, DE 1957

N.º 2.911-B — 1957, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, como reforço, para atender às despesas finais decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), como reforço, para atender às despesas finais decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia, passa-se à apreciação do Requerimento n.º 78, de 1958, do nobre Senador

Moura Andrade, lido na hora do expediente, de urgência para o Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1957 que dispõe sobre as comemorações do Cinquentenário da imigração japonesa e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto entrará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária seguinte a esta.

Não há orador inscrito para depois da Ordem do Dia.

O SR. FERNANDES TAVORA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ao chegar a esta Casa, recebi cabograma, assinado por pessoas da mais alta responsabilidade do meu Estado, relatando acontecimentos e solicitando providências. Passo a transmiti-lo a quem de direito:

“Em nome das populações do Norte do Estado, duramente atingidas pelas secas e todas as suas consequências imediatas, como o êxodo da massa dos trabalhadores, a falta de alimentação e bem assim o apodrecimento das pastagens em virtude das chuvas fraquíssimas e extemporâneas, clamamos ante V. Ex.^a suas imediatas providências e socorro para a zona norte do Ceará, representada pelos signatários, iniciando-se a execução dos serviços já projetados pelos órgãos públicos da maioria relacionados no encontro dos técnicos em Natal.

Citamos objetivamente: rodovias Aprazível-Coreau-Granja-Camocim; Itapipoca-Morrinhos-Granja, Granja-Viçosa, Sobral-Gracilar, Santana-Morrinhos, Massapé-Coreau, Massapé-Sobral São Benedito-Ipu-Ipueriras-Nova Russas, Ipu-Heritaba-Araras, Nova Russas-Monsenhor Tabosa, Cacunda-Tamboril, Santa Quitéria-Batoque-Araras, Crateus-Tucuns, Independência-Boa Viagem, Tauá-Arneiroz, Camocim-Chaval-Paraiaba e Mucambo Aprazível. Tais serviços são imprescindíveis à fixação dos trabalhadores em suas zonas de origem, evitando-se, com oportunidade, a emigração para o Amazonas, sul do País e Capital do Estado, fato que agrava, cada vez mais, a situação das fazendas locais, defrontando há muito tempo o esvaziamento progressivo dos campos, com repercussão na produção e na elevação do custo de vida. Certos de que vossência atenderá ao clamor público por obras urgentes no norte cearense, antecipam sua gratidão em nome de milhares de sofredores e apresentam-lhe respeitosa saudações. (As) Deputados Gentil Barreira, Guilherme Gouveia, João Frederico, Aquiles Peres Matos, Vicente Ribeiro Amaral e H. Martins.”

Segue-se grande número de assinaturas de Deputados, Prefeitos e Vereadores do Norte do Estado do Ceará. Desejo por este meio, Sr. Presidente, fazer chegar ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas e ao Sr. Presidente da República os reclamos desses necessitados que aguardam providências a fim de lhes minorar a condição de sofredores. Precisam eles ser atendidos pelas autoridades da República. (Muito bem).

O SR. LINO DE MATTOS:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, A Tribuna, conceituado órgão da Imprensa da cidade de Santos, verá transcorrer amanhã, 26 de março, o seu 55.º aniversário de fundação e publicação ininterrupta. Graças a uma linha, de sobriedade e austeridade e ao bom senso com que pautou a sua parte opinativa, é, sem dúvida, um dos principais jornais do país, a ponderar nitidamente na opinião pública.

Nesse seu meio século de existência, esse tradicional e conceituado jornal, de belo aspecto gráfico, vem sendo dirigida por Manuel Nascimento Junior, que há mais de 40 anos se encontra ligado à orientação d'A Tribuna, como seu diretor, contando com a eficiente cooperação de outro profissional de valor, o Sr. Giusfredo Santini.

Firmando cada vez mais no público leitor a fé dessa fidelidade à linha traçada em prol da luta pelo bem comum, A Tribuna só tem feito crescer, momentaneamente nos últimos lustros. Além dos fatores técnicos, que são muitos, o modelar matutino santista tem a sua solidez garantida por um corpo de redatores e colaboradores dos mais brilhantes. Assim é que conta como redator secretário o conhecido intelectual, Geraldo Ferraz, romancista consagrado e autorizado crítico de artes plásticas. Da equipe de colaboradores permanentes, com matérias assinadas salientam-se figuras de renome nacional e até internacional como Carlos Drummond de Andrade, Otto Maria Carpeaux, o notável cronista All Right (Aderson Magalhães, um dos veteranos do “Correio da Manhã”), Raimundo de Magalhães Junior, o engenheiro e urbanista Perez Velasco, Saulo Ramos, Luis Carranca e o crítico literário Alvaro Augusto Lopes.

Jornal sobretudo informativo e honesto, de leitura atraente, a começar mesmo por uma nítida e caprichada impressão gráfica, com máquinas as mais modernas instaladas em prédio próprio, A Tribuna merece ser cumprimentadíssima ao enseio de mais esse aniversário, marco num caminho glorioso e bem-fadado.

A Sucursal de A Tribuna nesta Capital, servida por um corpo de profissionais experientes, está a cargo há vinte anos, do jornalista Ivo Arruda, diretor do “Bureau Interestadual de Imprensa”.

Nesta Casa do Congresso Nacional cabe ao jornalista Mário Antunes, velho e dedicado profissional da pena, a missão de representar entre os membros da dinâmica bancada de Imprensa, o velho e respeitável jornal Santista: A Tribuna.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. GASPAR VELLOSO:

Peço a palavra Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gaspar Velloso.

O SR. GASPAR VELLOSO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Jornal Última Hora, de ontem, publica declarações prestadas àquele órgão da Imprensa pelo Dr. Guilherme Romano, recém nomeado Secretário da Saúde Pública do Distrito Federal. A principal norma da sua gestão será — diz S. Ex.^a — restabelecer os “comandos sanitários” que, em determinadas zonas do Rio de Janeiro, não conseguiram impor higiene melhor que a atual.

A notícia por si só é de causar alegria a todos quantos residem neste muito hercúlea cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

E' doloroso aos nossos olhos de povo civilizado andar pelas ruas centrais da

cidade e de Copacabana, tal a fedentina que exala dos becos, ruelas e botecos, que infelizmente infestam esta bela metrópole.

O alvissareiro propósito do Dr. Guilherme Romano completa outro, em boa hora ontem divulgado pelo ilustre Chefe de Polícia, General Amaury Kruei.

É preciso limpar o Rio de Janeiro, limpar não só suas favelas, suas ruas centrais, os arrabaldes, os subúrbios e bairros chiques; e limpá-lo também moralmente.

Esses dois homens públicos — o General Amaury Kruei e o Dr. Guilherme Romano — merecem, nesta hora, os elogios o apoio e a colaboração de todos quantos verdadeiramente amam a Capital do País.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GASPAS VELLOSO — Terei muito prazer em ouvir o aparte de V. Ex.^a.

O Sr. Vivaldo Lima — Ninguém em sã consciência, pode deixar de louvar o propósito do novo Secretário de Saúde do Distrito Federal quando pretende restabelecer os "Comandos Sanitários", higienizar os serviços de que se serve o povo. A administração municipal está de parabéns, no particular. Torna-se, entretanto, imprescindível, que a Prefeitura, a par dessa providência assegure o necessário abastecimento de água à cidade. Há bairros, como o de Copacabana e o de Ipanema, que sofrem angústia da falta ininterrupta de água. Os "Comandos" naturalmente irão aos bares, restaurantes e confeitarias e determinarão seu fechamento porque, com a falta d'água é impossível haver higiene; e não havendo higiene, eles poderão agir drasticamente, suspendendo suas atividades; e é preciso que assim seja, porque embora a falta d'água, essas casas continuam atendendo ao público da maneira mais lamentável possível. As palavras do nobre colega têm nesta Casa boa repercussão; e a população do Distrito Federal só poderá aplaudir e louvar o gesto da administração municipal, que, dessa maneira, agirá em prol da sua saúde. Quanto à segunda parte das considerações de V. Ex.^a a limpeza policial, é outro problema que o Poder Público tem de enfrentar na Capital da República. A população está à mercê de transviados, de assaltantes. Eu mesmo, da tribuna do Senado já louvei o Chefe de Polícia, General Amaury Kruei, pela ação enérgica e implacável contra o banditismo no Distrito Federal. V. Ex.^a se vale da palavra para, mais uma vez, solicitar atenção do Governo para os dois problemas que, no momento, afligem a população do Rio de Janeiro a falta de higiene e o banditismo.

O SR. GASPAS VELLOSO — Agradeço o aparte do ilustre representante do Amazonas, também médico ilustre e Presidente da Cruz Vermelha Brasileira. Pelos cargos que ocupa e pela cultura que todos lhe reconhecemos, vem em abono das minhas palavras, que são apenas pequeno esforço de colaboração à obra ingente desses dois administradores.

O Sr. Vivaldo Lima — Não apoiado. A palavra de V. Ex.^a é autorizada, representante que é de um grande Estado da federação, honrando esse mesmo Estado no Senado da República. V. Ex.^a é um dos Vice-Líderes mais categorizados desta Casa.

O Sr. Ruy Carneiro — Muito bem.

O SR. GASPAS VELLOSO — Muito obrigado a V. Ex.^a.

Sr. Presidente, o problema está posto num sentido de polícia, tanto pelo Exmo. Sr. Chefe de Polícia como pelo

Exmo. Sr. Secretário de Saúde Pública do Distrito Federal, e está muito bem posto.

Explico a razão de ser de assim pensar. Venho de uma longa viagem pelos países da Europa. Representante do Brasil no Conselho Internacional das Târnas, em Genebra, nospei-me num hotel à margem de um lago no qual existiam cismes. Pela manhã e a tarde era comum verem-se pessoas dirigirem-se aquele lago para lavar-lhes o rosto. Durante dias seguidos observei-as da janela do meu quarto e jamais vi qualquer delas jogar às margens do lago um pedaço de papel. Se senhora, cobrava-o e colocava-o na bolsa; se homem, guardava-o no bolso. Durante vinte e oito dias residi nas margens do lago foi o que verifiquei.

No Brasil, moro na Avenida Atlântica e vejo aos sábados e domingos as condições em que fica a praia de Copacabana: suja, cheia de papéis, jornais e trapos; e sem que haja policiamento, para evitar semelhante procedimento.

O problema, sei bem, é também de educação e de escola. A repressão, no entanto, deve ser iniciada com a punição das pessoas que assim agem. Se não respeitamos o direito alheio é preciso que o castigo os alerte sobre o caminho a seguir.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. GASPAS VELLOSO — Terei sempre prazer em ouvir os apartes de V. Ex.^a.

O Sr. Vivaldo Lima — A Prefeitura distribui, pela cidade, caixas coletoras, justamente para que o público nelas deposite os papéis inservíveis. Observa-se, no entanto, fato interessante: encontra-se o lixo precisamente em redor dessas caixas; jamais dentro delas.

O SR. GASPAS VELLOSO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, o qual ilustra o que se passa no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, não pedi a palavra para proferir longo discurso. Desejo apenas assinalar a boa repercussão, nesta Casa do Congresso, da decisão do ilustre General Amaury Kruei, de higienizar a cidade e melhorar-lhe o bairro mais elegante, Copacabana, tornando-lhe as ruas transitáveis às famílias, durante o dia e à noite; bem como a ação do Sr. Guilherme Romano, que em boa hora pretende restabelecer os "Comandos Sanitários".

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GASPAS VELLOSO — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Quando o General Amaury Kruei, meu velho amigo, foi nomeado Chefe de Polícia, ocupe a tribuna desta Casa para aplaudir o ato do Sr. Presidente da República. Ressaltei, na oportunidade, ser indispensável aparelhar-se a Chefatura de Polícia, a fim de que o novo dirigente exercesse, com eficiência, tão árduo posto. Citei ainda alguns conceitos emitidos pelo General Lima Câmara, ex-Chefe de Polícia no Governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, segundo o qual aquele Departamento necessitava de maior número de carros Rádio Patrulha, de meios de transporte e, sobretudo, de elemento humano. Sem esses recursos, nenhum Chefe de Polícia, apesar da maior boa-vontade, patriotismo e dedicação, poderia levar a Cidade do Rio de Janeiro dos malfieiros e preservá-la das tristes ocorrências alvo de crítica por parte da Imprensa e dos Parlamentares. Sigo assim, ao nobre orador dirigindo apelo ao Governo e ao Congresso no sentido de concederem recursos ao Departamento Federal de Segurança Pública para o rearmamento dos seus serviços através da nomeação de pessoal e aquisição

de carros rádio-patrulha. Do contrário, jamais a população da Capital da República viverá tranqüila. Como bem poderá dizer o eminente Senador Nereu Ramos, Ministro da Justiça que foi, não é possível realizar milagre, nesse setor.

O SR. GASPAS VELLOSO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a. Incorporo-o ao meu discurso como apelo ao Executivo e ao Congresso para que concedam aos Departamentos Federal de Segurança Pública e de Saúde Pública recursos que os possibilitem a debelar os males que afligem a população da Capital da República. Em sua erradicação, não é possível falar-se em turismo. Não podemos trazer para esta cidade turistas da Europa habituados à limpeza das ruas. Em qualquer cidade daquele Continente, nenhuma pessoa joga uma ponta de cigarro no chão, porque não encontrará outra para fazer companhia. Aqui, no entanto, só se vê sujeira, imundície. Querem trazer turistas para o Rio de Janeiro, acreditando ser uma cidade maravilhosa, quando na realidade — e pesa-me dizê-lo — é uma cidade suja.

É preciso que se ponha o dedo na ferida, que se mostre uma cidade tal como é; mister se faz que todos os membros do Governo trabalhem nesse sentido.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GASPAS VELLOSO — Terei muito prazer em ouvir V. Ex.^a.

O Sr. Lima Teixeira — Ouço, com a atenção que V. Ex.^a me merece, o seu discurso, que é o protesto de qualquer representante do povo. Temos, realmente, verificado a falta de asseio da cidade, o desleixo mesmo que predomina. Quando V. Ex.^a invoca os países que percorreu, especialmente aquelas cidades da Europa que também tive ensejo de visitar, notadamente as da Suíça, cito Genebra, onde permaneci mais tempo. Ali, o asseio é tão grande que qualquer cidadão se sente acanhado de jogar um pedaço de cigarro no chão.

O SR. GASPAS VELLOSO — Não joga.

O Sr. Lima Teixeira — A Administração procura manter ao máximo essa limpeza.

O Sr. Ezequias da Rocha — O mesmo aconteceu comigo em Montreux onde com dificuldade, encontrei um lugar para jogar fora uma ponta de cigarro.

O Sr. Lima Teixeira — Notamos o mesmo em todas as cidades da Europa em contraste com o que vemos aqui, onde só existe o desleixo, o desinteresse. As ruas são esburacadas. Um passeio ao Leblon é de certo modo, constrangimento para quem está no automóvel. O desnível existente, mesmo em locais asfaltados, revela a falta de cuidado da administração pública. O protesto de V. Ex.^a, tem todo o cabimento e conta com a solidariedade de todo o Senado.

O SR. GASPAS VELLOSO — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GASPAS VELLOSO — Pois não.

O Sr. Caiado de Castro — O Senador Lima Teixeira tem razão. O número de buracos existentes no Rio é, entretanto, como diz o carioca, "café pequeno", em face das maiores dificuldades. O Rio de Janeiro é uma cidade imunda embora os impostos subam, dia a dia, de maneira escorchante. O povo não tem água nem para beber; já não falo para banho. Assistimos, então, nos dias de chuva ao espetáculo deprimente de pessoas tomando banho na rua. Os edifícios de apartamentos de Copacabana exalam mau cheiro; pois não removem o lixo, lá, há dias.

num jornal que a situação do Rio de Janeiro é de calamidade pública. Se o Sr. Juscelino Kubitschek pensasse cinco minutos menos em Brasília, e dedicasse meio minuto para a Capital Federal, poderia resolver o problema.

O Sr. Lima Teixeira — Perguntei, outro dia, ao Prefeito Negrão de Lima quais as providências para sanar essas irregularidades tão chocantes, especialmente para os nossos visitantes. Respondi-me S. Ex.^a que noventa por cento do orçamento da Prefeitura destina-se ao pagamento do funcionalismo, e que a Prefeitura não pode realizar essas obras administrativas sem verba. Aliás, o assunto é do critério do Sr. Prefeito.

O Sr. Caiado de Castro — Isso é conversa, nobre Senador. O argumento usado é sempre contra o funcionalismo municipal.

O SR. GASPAS VELLOSO — Agradeço os apartes dos ilustres representantes da Bahia e do Distrito Federal em abono à minha tese de que o Rio de Janeiro é uma cidade suja. Ainda ontem, forte aguaceiro inundou-a, por se acharem bueiros entupidos.

Pede permissão para lembrar ao nobre representante do Distrito Federal que a falta d'água não é a causa dos entupimentos, mas a falta de educação daqueles que jogam papéis, e toda espécie de lixo nas ruas.

Sr. Presidente, desta tribuna dirijo apelo ao General Amaury Kruei, para que prossiga na sua missão saneadora.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GASPAS VELLOSO — Com muito prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — A questão policial, no Rio de Janeiro, depende — segundo afirmação do General Amaury Kruei — da falta de pessoal na Polícia Civil. O número é o mesmo de há trinta anos. Se o Poder Legislativo, provocado, naturalmente, pelo Poder Executivo, através de mensagem, não aumentar o efetivo, a Polícia Civil irá de mal a pior.

O SR. GASPAS VELLOSO — Incorporo ao meu discurso o aparte do ilustre representante de Amazonas traduzindo apelo para que se deem ao Chefe de Polícia os meios necessários para pôr cõbo às irregularidades da Capital da República.

Ao Senado, a Câmara dos Deputados, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, à Imprensa representada nesta Casa, ao Clero, na sua missão educadora a todos, enfim, lembro que não é mais possível dizer-se que o Rio de Janeiro é a "Cidade Maravilhosa". Basta de mentir a nós mesmos! Nós moradores de Copacabana, que vivemos no centro por força das nossas ocupações sabemos que esta Cidade pode ter sido maravilhosa...

O Sr. Vivaldo Lima — Hoje essa expressão perde o sentido.

O SR. GASPAS VELLOSO — ...mas não é atualmente, porque suja e cheia de malandros.

A bem daqueles que trabalham — e faço justiça ao povo do Rio de Janeiro, cuja quase unanimidade tem consciência — a bem da gente honesta é preciso expulsar os vícios praticados onde estiverem e fazê-los trabalhar; é necessário limpar o Distrito Federal, educando os que não têm noção de higiene e punindo os transgressores dos bons costumes — pontos que não desistem ostentar o Rio de Janeiro o título que a Natureza lhe conferiu, de Cidade Maravilhosa. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

O Senador João Villasboas comunicou à Mesa haver indicado o Senador Rui Palmeira para substituir o

Senador Prisco dos Santos na representação do Senado, que vai ao Japão

Designo S. Ex.^a para integrar a representação do Senado que vai àquele País.

Nada mais havendo que tratar, vou levantar a sessão. Designando para a de amanhã a seguinte.

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 225, de 1957, que cria cargos na Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo Pareceres sob ns. 52 e 53, de 1958, das Comissões: de Serviço Público Civil, pela aprovação, com a emenda que oferece de n.º 1-C; e de Finanças, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Serviço Público Civil.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.

ATOS DO SR. 1.º SECRETÁRIO

O 1.º Secretário, nos termos do art.º 2.º da Resolução n.º 3, de 1958, e de acordo com a indicação

feita pelo Líder da Maioria, designa para exercer a função de Auxiliar de Gabinete de Sua Excelência, o Relator, símbolo PL-6, Verônica Nunes Cardoso.

Secretaria do Senado Federal, em 22 de março de 1958. — Senador Cunha Mello, 1.º Secretário.

PORTARIA N.º 9

DE 22 DE MARÇO DE 1958

O 1.º Secretário dispensa do ponto por 30 dias, a partir de 7 de abril vindouro, nos termos do art.º 58, da Resolução n.º 4, de 1955, por motivo de serviço externo do 4.º Secretário, o Oficial Legislativo classe L, Maria Riza Batista Dutra.

Secretaria do Senado Federal em 22 de março de 1958. — Senador Cunha Mello, 1.º Secretário.

ATOS DO DIRETOR GERAL

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve tornar sem

efeito a Portaria n.º 8, que designou José de Freitas, Auxiliar de Portaria, classe L, para ter exercício em seu Gabinete.

Secretaria do Senado Federal, em 22 de março de 1958. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Mercílio de Souza, Auxiliar de Portaria classe K, para ter exercício em seu Gabinete.

Secretaria do Senado Federal, em 22 de março de 1958. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Oscar Luiz de Azevedo, Auxiliar de Portaria, classe J, para ter exercício na Diretoria da Biblioteca.

Secretaria do Senado Federal, em 21 de março de 1958. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

EDITAL

Concorrência para venda de uma Lambreta com Side-Car

O Diretor Geral da Secretaria do Senado Federal, devidamente autorizado pela Comissão Diretora, abre a presente concorrência, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste, para venda de uma Lambreta, modelo "FD", chassi, Triciclo, Motor número 6980-125-M..

As propostas devem ser dirigidas a esta Diretoria Geral e deverão conter o preço oferecido pelo veículo, o nome do proponente e o seu endereço e o número da Carteira de Identidade.

Deverão ser entregues as propostas em envelopes fechados, nos dias úteis, de 8 às 15 horas.

O veículo poderá ser examinado na Garage do Palácio Monroe. O Chefe da Garage poderá prestar outras informações.

Secretaria do Senado Federal, em 25 de março de 1958. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.